



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 22.09.2020

INÍCIO: 15h08min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SR. ADELINO FOLLADOR

SR. EYDER BRASIL

SECRETÁRIO: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 29ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente)- Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo discussão nem observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - Procede à leitura dos Expedientes recebidos.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 190/2020 - Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 85/2020 que "Altera os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, cria o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado e a Reserva de Fauna Pau D'Óleo e revoga o artigo 8-A da Lei Complementar no 633, de 13 setembro de 2011, bem como a Lei nº 1.146, de 12 de dezembro de 2002 e dá outras providências".

- Mensagem nº 205/2020 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que "Disciplina a política de

compra, pela Administração Pública, de produtos oriundos da agricultura familiar no âmbito do Estado de Rondônia”.

- Mensagem nº 207/2020 - Poder Executivo, encaminhando Emenda Modificativa ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021”, encaminhado por meio da Mensagem nº 71, de 15 de abril de 2020.

- Mensagem nº 210/2020 - Poder Executivo, comunicando a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários por Excesso de Arrecadação, por meio dos Decretos nºs 25.374 e 25.375 de 10 de setembro de 2020.

- Mensagem nº 214/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a efetuar aporte de capital à Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS, no valor de R\$ 85.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.”.

- Ofícios nºs 5140, 5104/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1203, 1208/2020 de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

- Ofícios nºs 4924, 4926, 4925, 4920, 4915, 4877, 4952, 4742, 4878, 4900, 5137, 5106/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1186, 1174, 1175, 1183, 1177, 1180, 1181, 1176, 1184, 1187, 1214, 1215/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Ofícios nºs 4913, 5004/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1191, 1191/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

- Memorando nº 191/2020 - Advocacia Geral, encaminhando Decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0802182-73.2019.8.22.0000 em face da Lei Estadual nº 2.366/2010.

- Ofício nº 3751/2020 - IDARON, encaminhando considerações a respeito dos problemas no sistema de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos do Estado.

- Gabinete do Senhor Deputado Jair Montes encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro de 2020.

Lidos os Expedientes, Senhor Presidente.

Conforme solicitação do Senhor Deputado Ismael Crispin - 1º Secretário, considere-se também como apresentados nesta Sessão Ordinária, os seguintes Expedientes recebidos:

- Mensagem nº 204/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar "Altera os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, cria o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado e a Reserva de Fauna Pau D'Óleo e revoga o artigo 8-A da Lei Complementar nº 633, de 13 setembro de 2011, bem como a Lei nº 1.146, de 12 de dezembro de 2002 e dá outras providências."

- Mensagem nº 206/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Altera e acresce dispositivos da Lei nº 2.747, de 18 de maio de 2012".

- Mensagem nº 208/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2021".

- Mensagem nº 209/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre as alterações dos Anexos I e II da Lei nº 4.647, de 18 de novembro de 2019".

- Mensagem nº 211/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 1.400.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL.".

- Mensagem nº 212/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 48.166.087,90, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.".

- Mensagem nº 213/2020 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 20.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

- Mensagem nº 215/2020 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "Dispõe sobre a suspensão do protesto de títulos durante período certo e dá outras providências.".

- Ofício nº 5272/2020 - SEMUSA, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1127/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Ofícios nºs 5009, 5006, 5045/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1198, 1197, 1196/2020 de autoria da Senhora Deputada Cassia Muleta.

- Ofício nº 5011/2020 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1200/2020 de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

- Ofícios nºs 5063, 5081, 5002/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 955, 1209, 1201/2020 de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

- Ofícios nºs 4905, 4916, 4922, 4921, 4919, 4917, 4901, 4894, 4892, 4891, 4890, 4886, 4884, 4879, 4874, 4927, 4918, 4887, 4893/2002 - DITELIR, encaminhando respostas aos Requerimentos nºs 1194, 1169, 1168, 1170, 1172, 1159, 1153, 1154, 1149, 1156, 1150, 1151, 1160, 1152, 1167, 1171, 1157, 1158, 1155/2020 de autoria do Senhor Deputado Eyder Brasil.

- Ofícios nºs 4914, 5010/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1173, 1199/2020 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

- Ofícios nºs 4923, 5003/2020 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1188, 1205/2020 de autoria do Senhor Deputado Alex Silva.

- Memorando nº 174/2020 - Advocacia Geral, encaminhando Decisão de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0802916-87.2020.8.22.0000 em face da Lei Estadual nº 4.737/2020.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Passamos às Breves Comunicações.

Pelo tempo de cinco minutos, para fazer uso da palavra, o Deputado Eurípedes Clemente, o Lebrão.

O SR. LEBRÃO - Cumprimentar todos os deputados que ocupam assento neste Parlamento, toda a nossa assessoria

técnica, os internautas, as pessoas que nos acompanham de suas casas através da Assembleia Legislativa.

Eu venho neste momento, primeiramente, externar a minha preocupação - da mesma forma, a minha indignação -, e ser solidário a todos os eleitores, às pessoas que, através do voto, outorgam o direito para que nós possamos ser os legítimos representantes delas neste Parlamento.

Pedi voto no primeiro, no segundo turno para o nosso atual Presidente Bolsonaro, com grandes promessas em prol da população que vive na região amazônica, comunidade indígena, dizendo que as terras seriam realmente de propriedade deles, que poderiam fazer o uso das riquezas que hoje existem nessas terras indígenas. Da mesma forma, a melhoria da qualidade da população da região Norte, em especial do Estado de Rondônia, dando o direito para que eles fossem realmente os legítimos proprietários de suas terras. E a população votou em peso. Uma votação inédita, uma votação que marcou a história deste País. E hoje nós estamos recebendo um grande presente, um presente criado inclusive por uma comissão de fiscalização ambiental da Amazônia Legal, comandado exatamente pelo Vice-Presidente da República. E o que é pior: avalizada também agora pelo Governo do Estado. E olha o nome dessa operação - nunca fui tão criticado, Deputado Luizinho, como eu estou sendo agora, como político -, Operação Hileia. Acho que é grego, parece que é grego, "matas bonitas", "matas virgens", não é? Isso nada mais é do que amputar os braços, as mãos das pessoas que alimentam o País e que alimentam o Estado de Rondônia através da produção rural neste Estado. Autuações que vieram inviabilizar o agronegócio, principalmente do pequeno produtor. Isso é lastimável! Excesso - abuso! -, abuso de poder pelas autoridades que fazem essa fiscalização. Autuações impagáveis, milhões e milhões e

milhões de reais que vêm aí - que, aliás, nem virão -, Deputado Fúria, para os cofres do governo, porque são impagáveis essas multas. Queimadas, desmatamento ilegal, eu acho interessante isso daí. Aliás, nós vamos ter que chegar num denominador comum, e escolher entre fazer algumas queimadas de alguns anos - é claro que têm que ser controladas, todos nós somos contra as queimadas - ou usar os inseticidas. E aí, nós vamos escolher entre o câncer e as queimadas. E o que é pior, Deputado Laerte, a gente vê hoje a desmotivação dos nossos produtores rurais. Eu tenho certeza que todos vocês que são deputados estão sendo cobrados neste momento agora, pela atuação da Sedam, da Polícia Ambiental, juntamente com o Exército, juntamente com o Ibama, atuando e atuando de maneira vergonhosa, chegar a ser, aterrorizando crianças. Isso é lamentável! Eu fico envergonhado, em certos momentos, de falar que eu vivo em um país chamado "Brasil". E que nós não temos o direito de realmente manter a nossa soberania nacional, porque nós temos um Presidente da República que não tem impulso para peitar paisinhos - eu vou dizer -, como a França, como a Espanha, como a Itália, e outros países aí. Eu não vejo, por exemplo, Estados Unidos assinar o Tratado de Paris, porque não é viável para eles. A China, a Índia, o Paquistão... E nós, mais uma vez, nós voltamos a ser colônia, colônia da Europa, colônia de países que travam o crescimento do Brasil, porque só cresce para o norte. E a maneira que acharam é criar, elaborar um Código Florestal, uma legislação ambiental que vem contra o desenvolvimento do nosso País. Isso realmente me deixa envergonhado. Eu quero pedir desculpa. Desculpas mesmo à população, na última campanha que fiz pedindo voto para o atual Presidente da República. Pode ser bom para o restante do Brasil, mas para a região Norte, infelizmente, é péssimo.

E o que é pior: a gente vê uma diferença muito grande, esmagadora. Enquanto nós temos aí pouco mais de 70 deputados federais na Câmara federal representando a região Norte, nós temos 72 representando somente o Estado de São Paulo.

Então, Deputado Laerte, chegou o momento. É preciso que haja uma alteração no Código Florestal, na legislação ambiental, e principalmente eu entendo que quem tem que legislar em cima do meio ambiente é cada Estado. Tem que ser autônomo, porque cada um sabe das dificuldades e dos problemas que tem. Então, não adianta a gente ser subordinado às leis por deputados, representantes do Congresso Nacional, esmagadora da região Sul, Deputado Chiquinho. E aí nós estamos pagando um preço muito alto. Então, quando você fala "Operação de Combate às Queimadas", eu gostaria de ensinar um pouquinho para o Governo Estadual de Rondônia, para o Governo Federal de certa forma, que a melhor operação seria pegar os investimentos que vêm como esmolas desses países - que vêm para poder reprimir os nossos produtores - e investir nos nossos produtores comprando equipamentos, que nós não vamos queimar não, Deputado Jean, você que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Aí nós vamos preservar mais ainda, mas usar equipamentos de primeiro mundo para produzir. Dessa forma, nós vamos avançar. Inclusive tratores de esteira para fazer desmatamento dentro do Código Florestal, aquilo que é permitido pelo Código Florestal.

E nós também aqui, Senhor Presidente, senhores deputados, é preciso votar o mais rápido possível o nosso Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, alinhando o nosso Código Florestal juntamente com o nosso zoneamento. Que nós temos mais de 60% de preservação ambiental, nós temos que nos enquadrar, por exemplo, no artigo 12 do parágrafo 5º,

do Zoneamento e Código Florestal. Queremos o direito - que eu já acho insignificante desmatar 50% e ocupar 50% das nossas áreas. Assim nós vamos conseguir continuar trabalhando. Senão, eu quero deixar um alerta, nesta Casa, a todas as autoridades, e aí entra o Executivo, o Legislativo e o Poder Judiciário: eu acho que se esqueceram do massacre de Corumbiara. Eu acho que se esqueceram do massacre de Eldorado dos Carajás, invasão de terras, pessoas entrando em propriedades particulares. Agora nós estamos vivendo o contrário. O governo querendo tomar as terras daquelas pessoas que, com suor, com muito sofrimento, ocupam este espaço dentro das nossas terras no Estado de Rondônia.

Parabenizaro Incra, na época do Governo Militar - Jaquirana, Jequitibá, Rio Preto, Soldado da Borracha e Rio Machado -, mais de 3.000 lotes com propriedades totalmente regulamentadas, loteamentos feitos com sangue e suor, picadas de cobra, leishmaniose, malária, e que hoje ainda querem transformar até em Reserva Florestal. Eu quero deixar um alerta aqui a todas as autoridades deste Estado. Não se esqueçam: o Brasil ainda só sobrevive neste momento - e principalmente o Estado de Rondônia -, nessa pandemia que afeta o mundo de uma maneira geral, graças às mãos calejadas dos nossos produtores rurais que colocam alimento na mesa das pessoas que hoje estão sendo amputadas as mãos, cortadas as mãos das pessoas que produzem. Não vamos aceitar isso aí. Eu acho que é o momento da união deste Parlamento, destes deputados que ocupam assento aqui - porque eu tenho a certeza que os 24 deputados que ocupam assentos são ruralistas. É preciso fazer a revogação. Esse abuso que vem acontecendo exatamente nessa Operação tem que ser banida e nós não podemos deixar a população do Estado de Rondônia fazer o caminho de volta para inchar mais um pouquinho as favelas de São Paulo, as favelas do Rio de Janeiro. É preciso voltar os nossos olhos para a região

amazônica. Nós, em especial, para o Estado de Rondônia, que é realmente quem produz.

Então, eu deixo aqui esse alerta. Deixo aqui este desabafo e faço um apelo para o nosso Governador Marcos Rocha: vamos tomar as providências cabíveis e fazer com que não aconteça ou que não continue acontecendo o que vem acontecendo hoje no Estado de Rondônia através dessas fiscalizações. Eu tive o desprazer de ver uma pessoa, Deputado Luizinho Goebel, com duas crianças na barra da saia cheia de carvão, que o esposo vive serrando tábuas, vive roçando pasto - que não tem um palmo de terra - e levou uma autuação de quase 3 milhões e 400 mil reais, sem ter um palmo de terra. Um outro cidadão que tem uma chacarazinha de 100x100, Deputado Laerte, e que levou uma autuação de R\$ 70 mil. Isso é inaceitável. Nós não podemos mais deixar continuar acontecendo o que vem acontecendo dentro do nosso Estado de Rondônia.

Então, eu quero fazer um apelo: vamos votar, Deputado Laerte, o Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Vamos fazer acontecer a regularização fundiária que o Governo Civil nunca deu conta e sempre falou que ia acontecer. Não deram conta nem de sacramentar aquilo que foi feito no Governo Militar e nós estamos pagando um preço muito alto por isso.

Então, eu quero pedir desculpas à população que me acompanha e que me ouve neste momento fazendo uso da palavra aqui na Assembleia Legislativa. Lamento muito o que vem acontecendo e, como deputado estadual, usando a prerrogativa a mim atribuída, eu convoco todos os pares, todos os deputados que ocupam assento neste Parlamento. Vamos conversar com o Governador. Vamos fazer uma audiência pública trazendo todos os Poderes para sentar através de uma videoconferência e resolver o problema. Vamos entregar a Amazônia para quem vive na Amazônia. E vamos cobrar da

Bancada Federal de uma maneira geral, do Congresso Nacional que respeite essa região.

Não sou a favor de queimada, mas se nós trabalharmos juntos, fazendo tudo aquilo que tem que ser feito, da maneira que tem que ser feito, nós podemos amenizar esse problema que assola o mundo inteiro. Hoje, no Canadá, na Austrália, no próprio Estados Unidos, as queimadas estão estampadas, mas só aparece quase que o Brasil porque, infelizmente, nós vivemos de esmola. Esmola de outros países que investem e vêm dizer que é investimento na preservação do meio ambiente e nada mais é do que investimento para poder mutilar os nossos produtores rurais. Para poder aniquilar aqueles que vieram para fazer integração nacional da região Norte aqui do Brasil, ocupando esse espaço que, certamente, já teria sido internacionalizado há muitos anos se não fosse o Governo Militar botar as mãos aqui e trazer a população para ocupar esse espaço.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado. Desculpe o excesso e o desabafo.

O SR. JAIR MONTES - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - É rapidinho, enquanto o senhor chega aí, Questão de Ordem. Só para dizer para o Deputado Lebrão que conte com o meu apoio, Deputado Lebrão. Parabéns

pelo discurso. Os nossos pequenos produtores estão sendo mesmo muito prejudicados. Parabéns.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente.

(Às 15 horas e 34 minutos, o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Cinco minutos para o Deputado Laerte, sem apartes.

O SR. LAERTE GOMES - Eu vou pedir só um tempinho a mais, dois minutinhos, porque eu vou falar de dois temas.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Depois, depois.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - O senhor deu para o outro deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Não, não dei não. Ele pegou por conta.

O SR. LAERTE GOMES - Pode falar Deputado Chiquinho, rapidinho, 30 segundos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Rapidinho então.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu queria parabenizar o Deputado Lebrão. Eu quero fazer das palavras dele as minhas. Eu acho um absurdo o que estão fazendo com o produtor rural. É injustiça, o homem que produz, trabalha, que leva comida para a mesa do povo da cidade e estão querendo transformar eles em bandidos. Nós não podemos aceitar. Esta Assembleia não pode aceitar.

Presidente Laerte, precisamos votar o projeto da Jaci, que está aqui na Assembleia, e cobrar do governo o zoneamento que ainda não chegou nesta Assembleia Legislativa ainda.

O SR. LAERTE GOMES - Obrigado, Deputado Chiquinho. Presidente, antes de começar o discurso, antes de começar a minha fala, o Deputado Lebrão cobrou a votação do Código de Zoneamento. A matéria não está na Casa ainda, quando chegar nós vamos dar a celeridade que a matéria merece. E quanto à questão da Reserva do Jaci, foi retirada de pauta a matéria hoje com um ofício do governo e já foi encaminhado um novo projeto que foi lido hoje e vai começar a tramitação agora. E eu solicito aqui às Comissões: Comissão de Constituição e Justiça e Meio Ambiente que deem celeridade porque uma tem que ser votada, a gente quer votar as duas matérias conjuntamente.

Senhores Deputados, amigos que estão aqui, servidores, aos amigos em casa, os internautas, aos amigos de Porto Velho, da TV Assembleia, que é mais uma inovação que nós realizamos aqui nesta gestão. Eu, antes de começar a entrar nesta mesma pauta que eu quero contribuir com o Deputado Lebrão, antes de entrar na mesma pauta eu gostaria aqui de dizer, de falar da minha decisão na última semana em não ser candidato a prefeito do município de Ji-Paraná. Uma decisão muito pensada juntamente com a família, com os amigos, com o nosso grupo político que hoje se estende a mais de 25 municípios. E nós entendemos que neste momento nós seríamos mais úteis, tanto para Ji-Paraná como para os demais municípios, aqui na Assembleia Legislativa. Logicamente que é uma honra muito grande ser lembrado pela população como candidato a prefeito. Em todas as pesquisas que foram realizadas nós estávamos ali muito próximos do primeiro colocado, empate técnico sem nunca termos falado que seríamos candidatos. Então isso para mim, me honra muito. Mas entendemos, junto com o nosso grupo político que neste momento era melhor continuarmos na Assembleia e realizarmos uma coligação com o atual prefeito do município de Ji-Paraná, Prefeito Marcito Pinto. Eu quero, de coração, agradecer a todos aqueles que torceram pela nossa candidatura, que nos apoiaram e dizer a eles que nós estamos aqui trabalhando, continuando o nosso trabalho como deputado para Ji-Paraná. Estamos agora fazendo um trabalho para colocar alguns recursos agora para o município de Ji-Paraná em várias áreas, na Saúde, infraestrutura para poder atender o município.

Nós, dentro dessa decisão, houve a troca do Secretário Municipal de Saúde, que era algo que a população estava cobrando muito no município de Ji-Paraná. Não estou aqui criticando o ex-secretário, de forma nenhuma, mas precisava de alguém com mais experiência no cargo devido este momento

de pandemia, de Covid. Ji-Paraná sofreu muito com isso. E nós levamos até o prefeito, juntamente com o Democratas e com o Senador Marcos Rogério, o nome do Coronel Vasques, que já foi diretor regional do Hospital Regional do Município de Ji-Paraná e também já foi secretário de saúde do município de Vilhena e também de Cacoal, se não me falha a memória. Uma pessoa muito experiente, uma pessoa séria, uma pessoa correta, uma pessoa honesta, uma bagagem muito grande e que já assumiu, já esteve lá conosco na quinta-feira, juntamente com o prefeito - eu participei da reunião -, e já na sexta-feira foi conhecer as nossas unidades de saúde e assumiu o cargo no dia de ontem, segunda-feira. E já colocou o seu planejamento, já vai essa semana anunciar o planejamento para os próximos 90 dias, mas já nos adiantou as primeiras ações que vão ser feitas na Secretaria de Saúde do Município de Ji-Paraná. A implantação de 10 leitos de UTI-Covid no município de Ji-Paraná, no Hospital Municipal, que era uma cobrança muito grande da nossa população. Mesmo a gente sabendo que isso é obrigação do Estado, a Prefeitura vai assumir e já fez a convocação dos profissionais que vão trabalhar na UTI-Covid e, nos próximos dias, esses leitos de UTI já vão ser montados e instalados e estarão à disposição da população que for precisar. Também o tomógrafo, que estava queimado há bastante tempo, já vai ser recuperado, vai ser colocado em funcionamento para permitir o acompanhamento dos pacientes com Covid. Os empenhos da aquisição, os medicamentos, a azitromicina, cloroquina, ivermectina, zinco, vitamina D e outros, para o tratamento precoce na rede municipal de saúde será abastecido para o enfrentamento da Covid.

Nós vamos acelerar, o Secretário vai acelerar a aquisição desses medicamentos. Já está sendo planejada uma ação intensiva de consultas especializadas nas unidades

básicas de saúde, consulta-especialidade, que também é obrigação do Estado, mas a ideia inicial são 2 mil consultas por mês nas unidades básicas de saúde de Ji-Paraná e também as cirurgias, para evitar que o paciente tenha um agravamento da sua enfermidade, pela suspensão dos procedimentos de cirurgias devido ao atendimento para a Covid. E também está, já se iniciou uma adequação de todas as unidades, as unidades para orientação adequada do isolamento da Área Covid, para fortalecer a prevenção das unidades de saúde.

O porquê desse foco, agora, nesse momento de Covid? Justamente para preparar o nosso município de Ji-Paraná para o enfrentamento ao Covid, inclusive, a gente está vendo isso na mídia todo dia, em internet, sites e televisão, inclusive considerando uma possível segunda onda de infestação que já está acontecendo em vários países do mundo, como Espanha, Inglaterra, então, a gente já quer deixar preparada a nossa estrutura em Ji-Paraná, para não só atender agora, mas também, se vier uma segunda onda, o município já estar preparado com os medicamentos, as unidades básicas de saúde preparadas, as UTIs funcionando. Então, a prefeitura de Ji-Paraná já começou esse mutirão, esse trabalho intensivo sob a administração e a coordenação do Secretário Municipal de Saúde, Coronel Vasques, e, logicamente, com o apoio do prefeito municipal Marcito Pinto que..., demorou? Demorou. Mas teve a percepção de fazer a troca do secretário num momento importante onde as pessoas, onde a gente tem perdido muitos amigos para a Covid no Município de Ji-Paraná.

Eu gostaria, também, de dizer aqui, senhores Deputados, eu ia entrar num tema aqui, mas não vou entrar. Não vou falar porque, primeiro eu quero conversar com o Chefe da Casa Civil, quero conversar com o governo, sobre

questão política. E eu não quero expor aqui nomes, mas não se pode, no âmbito da estrutura estadual, obrigar servidor comissionado a estar do lado que interessa a quem está o poder. O servidor não é de Poder. O servidor é do Estado. Nós vamos conversar sobre isso, até em respeito ao Governador, que nem deve estar sabendo; o líder, o vice-líder, nós vamos estar levando esse assunto a vocês porque eu acho dos mais graves que aconteceu esses dias. Inclusive com reuniões, com gravações e outras coisas.

Eu queria dizer aqui, falar agora, de um tema que realmente - o Secretário da Sedam está aqui, a hora que terminar o tempo do pronunciamento dos deputados nós vamos trazê-lo aqui -, dizer, compartilhar o que o Deputado Lebrão aqui disse, com todos vocês. É inadmissível... Não, não, não, nós não podemos aceitar! É inadmissível o que está acontecendo com os nossos produtores rurais de Rondônia e na maioria deles, com os nossos pequenos e médios produtores. A forma, a forma que está sendo feita essa operação é uma forma como se fosse fazer uma operação no Morro da Rocinha, na Cidade de Deus. Estão invadindo propriedades, armados, Deputado Luizinho, Deputado Lebrão, Deputado Ezequiel; estão invadindo as propriedades, pressionando as famílias. Se o dono da propriedade não está em casa, querem que a mulher assine, de todo o jeito. Chegaram numa propriedade lá, na região da 429, essa semana, e falaram para a mulher: "Cadê o seu marido, o Fulano?". "- Não, não está aqui. Ele saiu, foi pro mato trabalhar. Deve voltar daqui a uns 3 ou 4 dias.". "Então nós vamos ficar aqui. Tu vai fazer comida, almoço e janta, nós só vamos embora quando ele voltar.". A mulher se assustou. "Eu não vou fazer, não. Não tem comida pra isso. Eu não sou obrigada a fazer isso.".

Então é nesse nível que está acontecendo. Ora, primeiro: nós estamos em pandemia. Esses servidores do Estado, pagos com o salário, pagos com o salário que o produtor planta lá, o arroz, o café, o feijão, o milho - porque é dali que vem a arrecadação para pagar o salário deles -, não podiam, senhores deputados, nem estar indo nas propriedades rurais agora, pela pandemia. Estão vindo da cidade e levando a doença lá para o campo. Para o produtor, para a mulher dele, os filhos dele, que estão sem nem sair, mal vão ao mercado fazer compras, com medo de pegar o Covid. E esses cidadãos, servidores públicos, estão indo lá em quatro, cinco, seis, entrando nas propriedades como se estivéssemos num momento sem nenhuma doença.

Segundo, o que o Deputado Lebrão frisou muito bem: vão receber o salário do quê? Vocês estão atirando no próprio pé. Vocês estão atirando no próprio pé. Rondônia não tem - como muito bem alguns parlamentares falam -, Rondônia não tem indústria de avião, de carro, de geladeira, de televisão. Rondônia, graças a Deus, produz comida. Graças a Deus, pelo trabalho dos produtores rurais que produzem alimentos a arrecadação nossa praticamente não caiu, se manteve. O salário está sendo pago em dia, dos efetivos, Deputado Chiquinho da Emater, e dos inativos, que muitos Estados não estão pagando. Os fornecedores estão recebendo em dia. Mérito de quem? Mérito do lavrador, mérito do pequeno produtor, que é esse que gasta o dinheiro no comércio; esse é 85% da nossa população, dos nossos produtores; são médios e pequenos produtores.

Deixando esses produtores com essas muitas abusivas, inadimplentes, sem acesso a crédito, vão investir em tecnologia de que forma? De que forma que vão transformar um alqueire de café comum, que dá trinta sacas de café; para um alqueire de café clonal, que dá 250, se não tem

acesso ao crédito? Porque programa de governo para incentivar não existe. Nós temos que ter responsabilidade. Não é momento disso. "Ah, mas tem que fazer." Por que -que desde 2008 nunca foi feito -, tem que ser feito agora?

Eu votei num governo de direita. Eu votei. Votei no Bolsonaro. Mas o governo de esquerda nunca fez isso. Nós temos que ser verdadeiros aqui. Nunca fez isso: essa perseguição com os nossos produtores. E o pior, senhores deputados - é importante os senhores ouvirem isso-, nem eles conhecem a legislação ambiental, porque muda todo ano. Este ano nós já mudamos a legislação ambiental aqui num projeto vindo do governo. Como é que o produtor vai conhecer a legislação ambiental? Eu não estou falando de derrubada e de queimada, não. Estou falando de represa, de limpeza de pasto. Por que a Sedam não vai lá nesses produtores e faz uma campanha educativa, junto com a própria Emater ajudando, com a Polícia Ambiental, para dizer ao produtor: "você tem que fazer isso, você tem que fazer aquilo". Não fazem, dando prazo para o produtor se readequar, dando prazo para o produtor..., mas não! É multa. O negócio é multar R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 500 mil, R\$100 mil. Vai pagar com o quê, cara pálida? Vai pagar com o quê? Isso é ilusão. Vai quebrar o produtor. Vai desanimar o produtor. Vai fazer ele vir para a cidade, vir para a cidade atrás do emprego de salário mínimo. Aí não dá na cidade pequena, vai para a grande. O filho já se entrosa lá com mau elemento e vira bandido. É isso que querem? É isso que estão querendo? Vamos ter consciência. Vamos sentar numa mesa, como foi falado, vamos conversar. Vamos arrumar uma saída para isso. Isso é muito grave, Deputado Adailton Fúria. É muito grave. Tem produtor que tem cinco alqueires de terra, foi multado em R\$ 200 mil, R\$ 150 mil. A terra não vale metade disso. É a vida do cara. Trabalhou a vida inteira ali para ter esse pedaço de chão e agora

deve mais do que tem de patrimônio, Deputado Adelino Follador. Não é fácil, não. Esse povo não acertou na Mega-Sena, não. O dinheiro não caiu do céu. Trabalharam no cabo da enxada para ter o que tem. Isso não é demagogia, não. Isso aqui é uma verdade de quem conhece a realidade lá do campo. Como todos vocês conhecem, senhores deputados.

O Secretário de Meio Ambiente está aqui. Espero que ele tenha essa sensibilidade de entender isso aqui. Nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro do Estado, que são os produtores. Vamos ter consciência, gente. A lei tem que ser cumprida? Tem. Mas ela pode ser flexibilizada. Pode se dar tempo para se adequar a ela. Não é "chamecando" a caneta e acabando com a vida das pessoas. Tem produtor aí que nunca ficou devendo uma bala para ninguém, tem medo de dever, hoje não está dormindo, está com depressão. E olha lá se não fizer besteira também. Olha lá se não fizer besteira.

Então, fica aqui, senhores deputados, esse desabafo que é de todos nós, de todos aqui que estão preocupados. Espero que isso ecoe, isso ecoe na Sedam, na Polícia Ambiental, no Governo do Estado. Eu não moro no Brasil, não; moro em Rondônia mesmo. Moro lá no município. País não existe. País existe para arrecadar 60% da tributação. O Estado também é uma linha imaginária. O ente que existe são os municípios, são os municípios. Então vamos ter consciência todo mundo. Presidente Bolsonaro, que na fala dele é um defensor, mas, então, tem que mudar a equipe dele, tirar o Vice-Presidente, que vem aqui fazer isso, tirar os outros, defender a equipe dele, tem que mudar a equipe dele. Porque o que a gente está vendo, a realidade é totalmente diferente. Está bom, senhores?

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Para concluir.

O SR. LAERTE GOMES - Só para dizer isso. Não estou aqui sendo contra o Presidente. Apoio ele. Gosto da gestão dele. Mas nessa questão ambiental, precisa-se da Amazônia, precisa, com urgência, ele rever os conceitos daqui. Tem a poluição, ninguém faz isso em São Paulo, que ninguém respira mais lá. Ninguém faz isso no Rio de Janeiro. Esses Estados grandes, que são cheios de poluição. Mas aqui não. Temos 60% do nosso território de mata e os bandidos estão em Rondônia. Não dá para entender isso. Enquanto eles derrubaram tudo. Por que não mandam reflorestar lá para ajudar. Somossó nós que pagamos a conta. Cadê o dinheiro para produtor ir lá e manter a mata em pé? Tinha que receber. Mas não tem. Não tem nada. E muito bem o Deputado Lebrão falou, muito menos para o produtor investir em tecnologia, recuperar o solo e plantar na mesma área. Então fica aqui o nosso desabafo. A gente espera que, de fato, as coisas possam mudar e que esta Casa possa contribuir para isso.

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Deputado Jean, por cinco minutos, sem aparte, e enquanto vai para a tribuna, o Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS - Eu só queria, Presidente Adelino, parabenizar o Deputado Laerte - orador nesse momento -, que realmente, essa situação é muito grave. Hoje, Deputado Adelino, também o Deputado Adelino recebeu, eu recebi lá no meu gabinete uma comissão lá de Cujubim. Pessoas que foram assentadas, pessoas que receberam o título da terra e, hoje, foi criada uma Reserva e eles estão lá "ao Deus-dará", sem saber o que fazer.

Então, essa questão é muito mais grave do que a gente imagina. Eu quero te parabenizar, Presidente Laerte, pelo seu discurso, pelo seu desabafo em defesa do produtor, que é aquele que produz, é aquele que paga o salário do servidor. É aquele que movimenta a máquina administrativa do Estado. É o que gera imposto e, realmente, passando por essa situação. Então, esse discurso, e vários deputados aqui, com certeza, defendem o agricultor com toda a razão. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu quero só parabenizar a fala do Deputado Laerte Gomes e falar, Deputado Laerte, eu estou aqui com uma denúncia. Um cidadão nasceu em Porto Velho, o pai era soldado da borracha, ganhou uma área aqui perto de Cujubim, e 8 irmãos, nunca foram nessa área. Nunca foram. O pai fez 92 anos, já falecido, e aí ele resolveu ir lá fazer uma homenagem ao pai, ver como estava essa área. Chegou lá, olhou a área, fez uma filmagem, falou "oh, pai, obrigado pelo seu tempo aqui no Estado de Rondônia". Quando ele está voltando, tem uma operação do BPA. Pararam ele, deram um "baculejo" nele, como ele diz, e perguntaram: "o senhor está vindo de onde?". "- Eu estou vindo do lote X". "Ah, o lote X? Você sabe que lá foi derrubado?". Ele falou: "Meu amigo, é a primeira vez que eu venho nesse lote desde quando eu moro em Cacoal. Minha família é de Porto velho,

nós somos 8 irmãos, nunca vimos isso. Sou professor.". Eles falaram: "não, mas o lote foi derrubado. O senhor deveria estar cuidando disso.". Deram uma multa no CPF dele de R\$ 650 mil. O homem, foi dia 14/02, o homem, de lá para cá, não dorme.

(Às 15 horas e 53 minutos, o Senhor Adelino Follador passa a presidência ao Senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado, em respeito aos colegas.

O SR. CIRONE DEIRÓ - O cara tem uma vida idônea, e hoje é um desrespeito às pessoas. Foram R\$ 650 mil, um professor sendo acusado de desmatar uma área que ele nunca foi. Então, a gente tem que ter sensibilidade, Presidente. É isso que o senhor está pedindo, e nós vamos pedir aqui, nesta Casa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra o Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhores Deputados, Senhor Presidente. Depois de dois desabafos, aqui, feito por dois grandes parlamentares, que, um é o Deputado Lebrão, meu correligionário, companheiro de MDB; o outro, Presidente destas Casa, Deputado Laerte, ambos, ali, da 429, que tem sofrido com essa prática abusiva da Sedam.

Na história da política que conheço, eu nunca presenciei isso, Deputado Lebrão. E a população de Rondônia é uma população extremamente ordeira e trabalhadora. A sua afinidade com o campo já mostra o modelo econômico que é Rondônia. Rondônia não carrega o título de Estado da pecuária à toa. Não é Rondônia que é o Estado da pecuária. São os rondonienses que fizeram Rondônia ser um Estado da pecuária. Não só aqueles que nasceram aqui, como eu, mas aqueles que tiveram a sua família vinda lá do Sul, do Centro-Oeste, do Nordeste para poder formar este Estado que, hoje, nós estamos, aqui, vivendo. Então, o meu respeito a essas pessoas extremamente trabalhadoras, que chegaram aqui no final da década, no início, final, meados da década de 1970. E aí nós estamos nos deparando com um novo Brasil, um novo momento. Nós temos um Presidente da República que tem recebido o apoio da população, uma coisa que há muito tempo a gente não vê. Isso nos enche de orgulho, nos faz criar aquele sentimento de patriotismo quando nós estamos vendo um Presidente da República receber apoio da população como o Presidente Jair Bolsonaro tem recebido.

Rondônia, se vocês observarem, foi um dos Estados que teve o maior percentual da eleição do Presidente Jair Bolsonaro, 70% aproximadamente dos rondonienses votaram no Presidente Jair Bolsonaro. Não com a mentalidade de cometer crime ambiental, mas com a mentalidade de que pudesse se resolver a discriminação que a região Norte sofre quando se trata de matéria ambiental. O Estado de Rondônia e os demais Estados do Norte pagam uma conta muito grande para que o Sul e o Sudeste possam produzir com tranquilidade. Nós, aqui é que temos que arcar com a preservação que eles, lá, não preservam.

Então, quando se fala Código Florestal, deputados, é importante que se diga que o Código Florestal se aplica estreitamente à região Norte, onde as propriedades têm que respeitar o limite de 80% de reserva legal. Onde? Em qual legislação existe isso, tirando a do Brasil? Onde? Qual país da Europa, qual o país da América do Norte, qual o país em desenvolvimento em que a agricultura é uma das principais atividades econômicas, tem uma lei ambiental como essa, em que o Código Florestal exige 80% da reserva legal? É um absurdo!

E aí, fica um contrassenso: um deputado, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente durante muito tempo, fazer esse tipo de discurso. Mas a gente não pode tampar o sol com a peneira. Nós temos que lutar por uma legislação que seja aplicável e que seja possível ser executada, que seja exequível para as pessoas. Não existe uma... Não quer dizer que, quanto mais dura a legislação, melhor vai ser para o equilíbrio do meio ambiente, a preservação do meio ambiente. Nós temos que entender que a gente tem que ter, neste momento, uma legislação que possibilite as pessoas de viver, de produzir.

E uma coisa que eu quero chamar atenção aqui do Governo do Estado e do Governo Federal: foi feita uma alteração na legislação permitindo que as terras devolutas viessem para o Estado, e que o Estado pudesse regularizar as pessoas que estão nessas terras. Mas até agora não se discute absolutamente nada sobre regularização fundiária. Não se tem um projeto do tamanho de Rondônia para regularizar essas terras. Como se exige o dever... Senhor Presidente, para concluir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Dois minutos, Excelência.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Como se exige o dever de manter as terras, de manter o meio ambiente, sendo que não dá o documento para essa pessoa poder produzir e trabalhar? O título da posse - a posse titularizada - permite que o cidadão possa ter acesso à linha de crédito, mas também que se tenha a responsabilidade de preservar.

Então, se nós queremos ser duros com as pessoas, nós precisamos fazer a parte do governo, a parte da política pública, que é regularizar essas pessoas. Sem regularizar o nosso produtor rural, nós não temos capacidade de exigir deles que se enquadrem na lei, sendo que o Estado, que tem a obrigação também de regularizar, não regulariza.

Então, fica o questionamento: quem começa o erro, se é o cidadão ao desmatar ou se é o Estado em não documentar esse cidadão?

Então, chamo a atenção, senhores deputados, para que a gente possa discutir aqui, e que a Sedam e o Governo do Estado, possam ter o entendimento de que precisa trabalhar com a política pública também educacional, educativa. Que possa levar às pessoas o entendimento do que é o correto para o meio ambiente, e não chegar e "meter a caneta", inviabilizando a vida da pessoa, como se o patrimôniozinho ali, que ainda nem documentado está, fosse uma coisa qualquer. Chega um cidadão, muitas vezes sem conhecimento do sofrimento de um produtor rural, vai lá e mete uma multa impagável, como Vossas Excelências disseram aqui, chegando à possibilidade... Nós que estamos no Setembro Amarelo, Presidente, que é o setembro que fala sobre o suicídio, com ações como essa, levando as pessoas à depressão, pensando

em fazer aquilo que vocês acabaram de dizer aqui, pensando em tirar a vida, porque nunca deveram e hoje estão devendo tudo o que construíram durante a vida, por uma ação totalmente - não existe outro nome a se dar: terrorismo -, uma ação terrorista por parte de um órgão do Estado, que tem o nosso repúdio.

E eu queria dizer: comecem a fazer a parte do Estado, para depois começar a exigir do cidadão. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra, por cinco minutos, o Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputados que nos acompanham de forma remota, na verdade trouxe dois temas, e pretendo ser muito breve. Mas faço coro aqui ao discurso feito pelo nosso líder da 429, Deputado Lebrão; pelo Presidente desta Casa, Deputado Laerte Gomes; pelo nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Jean Oliveira.

É de fato assustador o momento que nós estamos vivendo e nos surpreende muito. Primeiro, o abuso, a forma desproporcional com que as coisas estão acontecendo. Depois nos preocupa também se não há uma orientação por parte do governo - e é aqui que mora a minha preocupação - de uma vontade naquilo que não vai conseguir o resultado final de uma vontade de arrecadar, porque, ao que parece, esse é o desejo. Não é resolver o problema do desmatamento, não é resolver o problema das queimadas. Muito pelo contrário: uma vontade de ter dinheiro nos cofres. No entanto, da forma que o governo está agindo jamais, porque as multas aplicadas são impagáveis. Para os pequenos produtores -

e, salvo engano, acho que o Deputado Lebrão cita isso aqui - nós tivemos uma situação lá no município de São Francisco do Guaporé. O "cara" tem uma chácara e a chácara toda vale R\$ 30 mil e a multa é de R\$ 35, R\$ 50 mil. Ele tem que vender a propriedade. Propriedade embargada, que ele já não pode usar. Aqui no Município de Cujubim, o produtor tem lá propriedade que vale um milhão de reais, a multa é de 5 milhões de reais. Ele não pode nem tirar o gado, porque a propriedade daquele momento a seguir está embargada. Onde é que nós vamos chegar com isso? Que vontade é essa tentar o impossível, o que é vergonhoso? Então, fico aqui... Como disse, faço coro ao discurso dos colegas, mas pasmem os senhores, o Estado não para por aí da vontade de arrecadar. Ainda lá no Município de São Francisco, nós tivemos essa semana - na mesma semana em que a Sedam está multando -, uma ação do Idaron que também nos salta aos olhos. Um pequeno produtor lá da linha 95 faz o transporte, está aqui a descrição da multa: foi abordado um caminhão placa tal, transportando um suíno, de sexo feminino, adulta, reprodutora, sem o documento. Ou seja, sem o GTA do transporte. Quanto a multa por isso? R\$ 7.447,00. Se o produtor quiser vender o animal, ele não consegue pagar. O que pensa o governo me assusta nesse sentido. Me preocupa neste sentido o que pensa o governo em relação a essas ações. Os órgãos de controle, os órgãos de fiscalização e nós temos que estar de fato preocupados. Mas essas ações são infundadas e não vão levar o governo a lugar nenhum, a não ser tocar o terror nos produtores do Estado de Rondônia, de quem faz este Estado, de fato, ser o que é.

Pontuando isso, gostaria aqui de exaltar a Educação Municipal do Estado de Rondônia, em especial no Município de Nova Brasilândia d'Oeste e Novo Horizonte d'Oeste. Nós fizemos uma parceria com o Sebrae - acredito que outros colegas fizeram - e propomos uma concorrência muito sadia

pelo melhoramento no índice do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da Educação Municipal. Eu, em especial, citei quatro municípios. Foram os municípios de Novo Horizonte, Nova Brasilândia, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. E que nós iríamos destinar do nosso recurso de emenda parlamentar individual para as escolas com a maior pontuação do Ideb (dentro daqueles quatro municípios) e para as escolas com maior crescimento do Ideb. E hoje eu gostaria de registrar aqui para o conhecimento de todos os rondonienses - isso nos alegra -, primeiro: que a maior pontuação do Ideb da Educação Municipal do Estado de Rondônia está no Município de Nova Brasilândia d'Oeste, precisamente na Escola Machado de Assis, que alcançou acima da meta projetada para 2019: nota 7. Fica aqui o nosso registro de parabéns à gestão escolar da Escola Machado de Assis, lá no município de Nova Brasilândia. E ainda no mesmo segmento, a Escola Sarah Kubitschek, lá do Município de Novo Horizonte d'Oeste, que teve o maior crescimento do Ideb dentro daquela região, com nota 6.4. Essa é uma forma de incentivar a educação no Estado de Rondônia, de fazer - como eu disse - uma concorrência sadia e de dar qualidade àqueles que precisam da educação neste Estado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra, por cinco minutos, o Deputado Anderson Pereira. Nós vamos tocar até 16h30min. Na Ordem do Dia nós vamos transformar em Comissão Geral para receber o Secretário de Meio Ambiente.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, uma boa tarde. Os demais parlamentares, os presentes aqui na galeria,

Presidente do Sindicato do Detran que está ali - Sindetrans-Obed, Adonias. Gostaria, primeiramente, Senhor Presidente, de esclarecer a respeito de um vídeo que eu fiz no que se trata de um Ofício o que o Comandante da Polícia Militar, Coronel Almeida, enviou ao Detran: Ofício 62.420, de 2020. Que ali, ele, através de uma busca - que eu até considero justa dele - de melhorar a gratificação que o policial militar recebe nas Leis Secas (que eles alegam que recebem um valor menor do que os servidores do Detran recebem), que fazem a fiscalização e a segurança viária aqui nas nossas vias. Então, ele, através de uma ameaça - que eu entendi o Ofício como uma ameaça, Deputado Ezequiel Neiva - ele disse que se não melhorar a gratificação, no linguajar popular, a Polícia Militar vai passar a fazer a Lei Seca sem o Detran, sem a Polícia Civil, porque ela é independente e ela pode fazer sozinha. E eu achei muito infeliz essa colocação dele nesse documento, pressionando o Detran de alguma forma, a aumentar essa gratificação para os policiais militares. Como eu falo, em nenhum momento eu disse que seria injusto esse pleito, pelo contrário, a única injustiça que eu identifiquei e aí o Sindicato da categoria, os representantes da classe que vão dizer diferente, mas o que eu vejo é ele menosprezar servidores importantes. Dou exemplo dos próprios agentes de trânsito do Detran como também da Polícia Civil, porque mesmo que a abordagem, a segurança da via, naquele momento, é a Polícia Militar que está exercendo, mas a parte pós-ocorrência, administrativa é o Detran e a Polícia Civil quando vai para a fase do inquérito. Então assim, ele não vai conseguir fazer tudo sozinho, mesmo que ele queira. Ele vai depender também da parte administrativa do Detran, da parte judiciária da Polícia Civil. Então, ele foi muito infeliz e espero que ele reveja essa opinião que ele colocou como forma de pressão e que isso seja discutido, até porque os servidores

já recebem por serem profissionais da área. A gratificação é só para motivá-los a atuar, trabalhar, a fiscalizar, a educar mais o nosso trânsito. Então assim, a gratificação é para motivar, mas eles já recebem por estar ali exercendo aquela função.

Outra questão que me preocupa muito, que eu venho trazer hoje para os demais parlamentares é o bloqueio no salário dos servidores públicos. O governo já há algum tempo divulgou o recadastramento, isso acontece com certa frequência de período, e o servidor que não fizer o cadastramento ou deixar atrasar, terá o bloqueio dos seus salários. O Executivo prorrogou esse prazo, mas acontece que o sistema do Executivo, lá da Sepog, da Segep é um sistema ineficiente. Primeiro, que o servidor não consegue mexer no sistema. Ele envia a informação, diz que a informação está pendente. Aí aparece no sistema que está pendente sendo que o servidor preencheu tudo e alguns precisam ir até o órgão para tentar resolver. E aí tem uma lista muito grande de servidores que poderá ficar com seus salários bloqueados. Num momento em que nós estamos vivendo, estamos ainda é um pico de pandemia, daqui um pouco um pós-pandemia que ninguém sabe quando vai ser, todos sofrendo com desemprego, o comércio sofrendo com a perda das vendas e agora bloqueio de salário do servidor, que em muitas cidades é o que fomenta a economia do município é o salário do servidor público. E aí vem uma notícia dessas. Eu acredito que esse prazo, até por esse sistema ineficiente, deveria ser prorrogado ou ter um local para que o servidor vá lá e tire a dúvida e faça. Fora os servidores que na maioria das vezes é leigo na questão de informática e precisa de uma orientação técnica para mexer no sistema que é complexo. Esses precisam também ter e não têm. Então, me preocupa isso e peço ao Governo do Estado, à Casa Civil que veja essa questão, que não permita esse

bloqueio de salário, que reveja detalhadamente cada situação de cada servidor. Então, essa é a nossa colocação que a gente vem trazer, essa preocupação.

Outra questão é a PEC que nós colocamos aqui. Eu quero aproveitar e pedir apoio à PEC 007, que coloca no rol da Constituição do Estado a Segurança Viária. Já está na Constituição Federal e a gente está trazendo, Presidente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Anderson, só para contribuir. Têm alguns questionando a PEC, o entendimento dela, ela já passou na CCJ ou não?

O SR. ANDERSON PEREIRA - Sim. Já passou na CCJ, nós fizemos uma Emenda Modificativa só de um detalhe que a gente precisou mudar nela, mas ela só está remetendo ao que está na Constituição Federal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então nós já vamos, conclua aí e dê um pulinho aqui para a gente conversar.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Ok. Então, Senhor Presidente, agradeço, uma boa-tarde a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra o Deputado Adelino Follador, por cinco minutos.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui presentes. Dizer que mais uma vez é um

prazer estar aqui, agradecer a Deus a oportunidade de estar nesta Casa. E dizer que eu gostaria de comunicar, a maioria já sabe, mas nós tivemos a morte do Pastor Nels. Um grande líder, uma pessoa que veio para Cacoal, por muito tempo morou em Cacoal, praticamente a cidade de Cacoal surgiu em cima das terras deles, da família, e veio para Ariquemes em 1971 e fez um grande trabalho à frente da Igreja Assembleia de Deus e veio falecer com Covid, aos 76 anos. Então, eu gostaria de deixar, aqui, os pêsames, meus sentimentos à família, aos amigos e foi uma grande perda que nós tivemos essa semana passada lá em Ariquemes. Então, uma manifestação muito grande no dia do enterro, pena que não é possível fazer tudo o que ele merecia, que a família merecia, mas com certeza estivemos lá e nossas condolências à família.

Eu gostaria também de dizer que nós cobramos aí do DER, do Diretor-Geral do DER, a questão para agilizar o processo da ponte, que mais uma vez estava para dia 17 a ponte de Alto Paraíso, estava para licitar e houve a interferência do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas impediu a licitação em função de uma denúncia de uma empreiteira lá de Belo Horizonte, que está fazendo uma ponte aqui, a Ponte da Vala - próximo aqui de Porto Velho - a Ponte da Vala, de Aliança, que afundou 50 centímetros, já. Então a empresa irresponsável, pessoas que vêm de fora e vêm aqui construir obras, levam o dinheiro, fazem o serviço mal feito e ficam atrapalhando, ainda, a licitação para poder acontecer.

Infelizmente, vai ter que... o Elias falou que, mais uma semana, consegue tirar as pendências que foram questionadas e vai mandar para a licitação. Mas vai ter que abrir de novo o prazo e isso nos preocupa muito porque está cada vez mais atrasando. E lá, não está dando, a 459 que é

acesso a Alto Paraíso, além do problema da balsa que não está dando conta agora, porque a água abaixou muito e está segurando, aí, as carretas que passam ficam atoladas. O B-40 já não dá mais para andar, já está ficando ruim com as primeiras chuvas. E também a RO, o B-20, que liga até Itapuã, para sair por lá, também precisa cascalhar, urgentemente, senão, caso contrário, Alto Paraíso vai ficar isolada de novo.

E nós aprovamos, aqui na Assembleia, o recurso para licitar a 459, para tapar buraco. Está demorando muito, nós pedimos para o Elias, o Diretor-Geral do DER, e ele se comprometeu de esta semana começar a tapar os buracos, porque se for esperar a licitação, e for igual a da ponte, nós vamos ficar o ano todo lá, com os buracos abertos. Então, esperamos que essa semana, de fato, façam esse trabalho, o Elias, que é o Diretor-Geral do DER, para poder providenciar esse tapa-buracos que está começando a chover de novo e não podemos deixar daquela maneira.

Eu gostaria também de, em rápidas palavras, dizer que essa questão de meio-ambiente, Deputado Laerte, Deputados aqui que me antecederam, é uma questão preocupante. Parece que neste Estado, todo mundo, quando foi chamado para vir para Rondônia, era integrar para não entregar. O Governo Federal chamou a gente. E agora, todo mundo que está trabalhando, parece que virou bandido. Então, nós precisamos tratar os agricultores com mais respeito. Eu sei que tem gente, às vezes, invadindo área indígena, área em que não deveria entrar, mas as pessoas que estão lá, esperando documento e que o Estado, quando falo em Estado, o Governo Federal, Governo Estadual, o Incra, não conseguiram entregar o documento. Tudo o que eles fazem lá é ilegal. Aí consta, em nível nacional, que tem muita ilegalidade em Rondônia, mas o culpado é o próprio governo,

porque não dá o documento para eles, então tudo o que eles fazem em cima dessas propriedades é ilegal.

Então, muitas vezes têm pessoas que são sacrificadas e, como foi citado aqui, como lá no Vale do Anari, tem uma pessoa que tem 2 alqueires de terra. Vive de vender milho verde. E ele foi multado em R\$ 28 mil, porque ele juntou as castanhas que tinham caído das árvores lá, e, além disso, pegaram as castanhas dele e entregaram para uma instituição, além disso, teve um processo criminal no qual ele precisa se defender. Isso não pode acontecer. Castanha cai naturalmente, aí, essas coisas, precisa que a Sedam se preocupe mais em dar o documento que o pessoal precisa: que é a autorização para a piscicultura, autorização para plantar, autorização para poder trabalhar, porque hoje o que mantém o Estado de Rondônia, o que mantém o Brasil, é a agricultura. Nós temos que dar apoio e não ficar perseguindo. Eu vi lá, em Alto Paraíso, a operação para fechar 6 madeireiras, parecia que estava indo lá para o Rio de Janeiro, naqueles morros, com um monte de gente para poder entregar uma notificação para o madeireiro que já estava depressivo, estava quase, praticamente, falido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Então essas são minhas simples palavras, Senhor Presidente. Um abraço, obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado. Deputado Adailton Fúria, por cinco minutos.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Boa tarde, Senhor Presidente. Cumprimento todos os colegas deputados que se fazem presentes. Quero parabenizar a colocação de cada um que abordou um tema tão importante, que é o tema que envolve os nossos produtores do Estado de Rondônia, que vêm sofrendo com a ação da Sedam. Parabenizar o nosso amigo Deputado Lebrão, que colocou aqui, se colocou muito bem, se posicionou muito bem, tanto ele, o Presidente, o Deputado Jean Oliveira.

Eu acredito que é muito fácil, não é, chegar numa propriedade de uma pessoa simples, com poder de polícia, com cinco, seis policiais do Meio Ambiente fortemente armados, colocar pressão. Eu gostaria que eles fossem lá no Orgulho do Madeira. Vai lá, no Orgulho do Madeira. Chega lá em quatro ou cinco, lá, e vai lá ajudar a resolver a criminalidade. Vai lá resolver a criminalidade que eu acredito que vai contribuir ainda mais.

Eu acredito que o Governo do Estado está sendo muito pressionado por parte também do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual para que busque uma solução com relação às queimadas. Mas tem outras formas alternativas. Não é você inviabilizando a vida do cidadão, não é você inviabilizando os bens dele que vai resolver a situação das queimadas no Estado de Rondônia, e o desmatamento.

Senhores Deputados, nós recebemos hoje uma Comissão de sindicatos, representando os servidores da Saúde do Estado de Rondônia, na Comissão de Saúde. E eles vieram trazer a revolta -e eu quero fazer um alerta aqui principalmente ao líder, vice-líder do governo e aos demais deputados -que eles vão paralisar as atividades na rede de saúde do Estado de Rondônia. Se a Secretaria de Saúde deste Estado não levar

a sério o compromisso firmado com os Sindicatos dos Servidores da Saúde neste Estado e com os servidores da Saúde com relação ao PCCR, eles vão parar as atividades no Estado de Rondônia. O governo vem empurrando com a barriga e agora arrumou a desculpa da pandemia também para ajudar a empurrar mais um pouco, e os servidores não suportam mais.

Bater palma pelo trabalho dos servidores não enche barriga de servidor público, não. Não melhora as condições de trabalho dos servidores da Saúde deste Estado, não. O que eles querem é a valorização que eles vêm pleiteando já tem mais de 15 anos. O governo fez um compromisso que entregaria o Plano, Deputado Lebrão, e de lá para cá vem empurrando os servidores. Está chegando o momento em que os servidores vão começar a empurrar o Estado com a barriga. E não vai ser fácil, não.

Então, gostaria de fazer esse alerta ao Senhor Governador do Estado de Rondônia. Não me direciono aos secretariados, porque quem é líder do Estado, quem conduz o Estado é o Governador do Estado de Rondônia. E ele tem que ter ciência que se não resolver o PCCR da Saúde, a Saúde do Estado de Rondônia vai parar.

Outro detalhe que eu quero abordar aqui, senhores deputados, o Estado de Rondônia é um dos poucos Estados da Federação que não iniciou os procedimentos eletivos, ambulatorio, cirurgias eletivas. Todos os demais Estados já deram início e voltaram à normalidade. Só que o Estado de Rondônia não. Vale lembrar que o paciente que aguarda uma cirurgia eletiva no Estado, eles vão acumulando, e vai chegar uma hora que o Estado vai ter que realizar o procedimento. Porque já não antecipa? Porque vai deixar o paciente sofrendo? Porque já não busca uma alternativa? O profissional que hoje, o médico que hoje está atuando frente à Covid, especialista em determinadas áreas, ele sai

do atendimento e vai atender no hospital particular, porque o Estado não efetivou a atuação dele dentro da rede pública de saúde. Então eu quero fazer aqui esse alerta.

Quero falar também, senhores deputados, sobre a situação estrutural dos nossos hospitais. Lá na cidade de Cacoal nós temos dois hospitais: o Hospital Heuro e o Hospital Regional. O Estado sempre colocou a desculpa - pelo menos há um ano e seis meses que eu estou no mandato-, que não tem dinheiro, Deputado Lebrão. Eu questionei o aparelho de raio-x, não tem dinheiro para comprar; eu coloquei o recurso para comprar. Questionei a ambulância do hospital, a UTI móvel. O Estado não tem dinheiro. Eu fui lá e coloquei o dinheiro para comprar. As cadeiras de rodas, que no hospital não tem a cadeira de banho, o Estado falou que não tem dinheiro; eu fui lá e coloquei para o Estado comprar. Mas o Estado é muito contraditório. O Estado é muito contraditório, porque ao mesmo tempo o Senhor Governador do Estado de Rondônia liberou para a cidade de Cacoal quase R\$ 6 milhões para reforma da rodoviária, para reforma de um prédio antigo da SEMAST, que está caindo aos pedaços, para alguns trechos de pavimentação. São obras que realmente são do interesse da comunidade, e eu defendo que elas sejam realizadas na cidade de Cacoal. Agora, eu gostaria que o Senhor Governador do Estado de Rondônia fosse lá no Hospital Heuro ver o paciente que está no corredor. A nossa população, Governador, do interior do Estado não é acostumada a ser atendida no corredor, não. Se o senhor mora aqui na capital do Estado, se o senhor é acostumado com a situação do João Paulo II, nós, do interior, não somos acostumados. Nós não conseguimos entender, até agora, o porquê que tudo fala que não tem dinheiro. E, de repente, Deputado Marcelo, aparece R\$ 6 milhões para reforma de prédios velhos, que estão caindo aos pedaços, em Cacoal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Colocaram na conta da prefeitura, e nós demos graças a Deus, que colocaram mais de R\$ 3 milhões e meio na conta da prefeitura, para ajudar na aquisição de leitos de UTIs. Mas o município, de forma irresponsável, incompetente, até o presente momento não conseguiu adquirir os leitos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Excelência.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Deputado Cirone, eu quero fazer um pedido para Vossa Excelência. Vossa Excelência fez uma propaganda na rede social, em folder, dizendo que o senhor conseguiu mais de R\$ 20 milhões para Cacoal. Dos R\$ 20 milhões que o senhor disse que conseguiu para Cacoal, eu gostaria que o senhor nos ajudasse com a prefeita, que ela invista os R\$ 3 milhões e meio, que está na conta do município, que, inclusive, perguntaram para mim, se, realmente, eram necessários, e eu falei que eram. E eu acreditava que a gestão ia conseguir para colocar para funcionar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Excelência, em respeito aos colegas.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Eu gostaria, Senhor Presidente, só de uma resposta sobre todas essas situações, porque o paciente continua lá no corredor do Hospital Heuro, continua lá nas péssimas condições do Hospital Regional. E é por isso que eu traga aqui essa revolta. Não é a revolta do Deputado Adailton Fúria, não, Senhor Presidente. É a revolta da população de Cacoal e do interior do Estado de Rondônia, que depende deste governo para poder ter a condução da sua saúde em dia, Senhor Presidente. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vou conceder por ser citado, bem rapidamente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Fui citado, Presidente. Eu parabenizo o Deputado Fúria.

O SR. JAIR MONTES - Parabenizar, por quê?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Mas o Deputado Fúria tem que ter conhecimento de causa primeiro, entendeu? Ele está trazendo para dentro da Assembleia Legislativa a campanha dele a prefeito. Isso aqui é o Parlamento. E o Deputado Fúria quando fala que o governo liberou dinheiro para o prédio da SEMAST, ele tem que se informar. O prédio da SEMAST está sendo gasto com dinheiro da prefeitura de Cacoal. Não tem nem um real do Governo do Estado. Deputado Fúria precisa conhecer um pouquinho mais de orçamento. Dinheiro da saúde

é para a saúde. Dinheiro para infraestrutura, é para infraestrutura. Como ele quer ser prefeito se ele não sabe nem como se gasta o dinheiro? Vai começar a misturar tudo? Então, Deputado Fúria, quando o senhor fala dos R\$ 20 milhões, eu fico muito orgulhoso de ter levado esse recurso para Cacoal. E para a sua informação, não são R\$ 3 milhões para a Covid, não. São mais de R\$ 4 milhões e 82 mil.

(Às 16 horas e 30 minutos o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Cinco minutos.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Se o senhor tivesse fazendo o trabalho, aqui, como parlamentar, intermediando junto ao Governo, ao invés de termos R\$ 20 milhões, nós teríamos R\$ 40 milhões em Cacoal. Então, acho que é importante, o senhor fazer a sua campanha lá em Cacoal e não trazer para dentro deste Parlamento e, ainda, sem conhecimento. Obrigado.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Vamos respeitar, porque já falou. Por cinco minutos, o Deputado Jair Montes, sem aparte.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, fica aqui a minha nota de repúdio ao Deputado Fúria, de Cacoal. Eu,

neste momento, como vice-líder do Governo do Estado de Rondônia, eu quero aqui parabenizar o Governo do Estado em apoiar os municípios. Imagina você, Deputado Lebrão, se não tiver o apoio, neste momento, que é tão difícil o momento da pandemia, na qual os municípios arrecadam pouco, não têm condições de fazer saúde, não têm condições de fazer a infraestrutura. Se não for o Governo do Estado, com a Secretaria de Saúde, juntamente com o DER, dar o auxílio às prefeituras do Estado, nada acontece.

Então, não é porque estamos em ano eleitoral, e o pré-candidato Fúria é pré-candidato em Cacoal, que ele vai desmerecer agora o investimento do Governo do Estado em Cacoal. E muito menos desmerecer um parlamentar do porte do Deputado Cirone Deiró, que foi vice-prefeito e apoiador da Glaucione... Isso eu não admito, porque até agora não vi ninguém se manifestar de Cacoal, a população de Cacoal se manifestando, dizendo que o Governador Marcos Rocha está colocando recursos de maneira ilegal em Cacoal, não vi neste momento. Então, o senhor vai ficar gritando aí, não tem problema nenhum. Eu tenho muito carinho pelo senhor, gosto muito do senhor, mas dessa maneira, aqui, não. Desse jeito não admito, não. Aqui, não.

Senhor Presidente, que não façamos da eleição municipal uma eleição para 2022. Este Parlamento não pode fazer isso. 2020 é agora, precisamos eleger prefeitos e vereadores comprometidos com os municípios. Ganhe quem ganhar, porque quem escolhe é o povo. O povo é soberano. Esta Casa é soberana para votar as leis e votar aquilo que nós somos designados a votar. Então, nós somos soberanos na hora da votação. E o povo é soberano, Deputado Ezequiel. Agora há pouco eu vi alguém tentando tirar o teu prefeito, Deputado Ezequiel, e você não deixou, não é? Lá em Cerejeiras, o cidadão lá em Alta Floresta, isso não

existe. Então, parabéns. Alguém de Alta Floresta quer tirar o prefeito de Cerejeiras. Um absurdo.

Então, não podemos confundir, porque amanhã o Governador Marcos Rocha é governo, como é de hoje, de todos os municípios. Amanhã não existe mais co-partidária. Ganhou o prefeito, o governo tem que ajudar. É obrigação do Executivo ajudar todos. Amanhã, continuamos de novo deputados e vamos à reeleição, em 2022, a maioria de nós. Então, a vida continua. Não podemos fazer intriga neste momento e amanhã não conseguiremos nem olhar na cara um do outro. Fica esse exemplo aqui. Fica esse grande exemplo.

Senhor Presidente, eu quero aqui, bem rápido, nós temos aqui uma pauta importante com a Sedam, e até parabéns por isso, porque eu recebi uma ligação de um Magistrado, que lá em Guajará-Mirim também, o seu pai, ele foi, assim, coagido pela Polícia Ambiental, pelo Idaron - até o Idaron -, e pela Sedam.

Então, Governador Marcos Rocha, eu sei que o senhore está me assistindo neste momento. Nós temos que olhar com carinho. O mais importante para nós é o pequeno, o médio e o grande agricultor deste Estado, que está segurando este país. Ah, se não fossem eles, como que não estaria o Estado de Rondônia? O Estado de Rondônia bateu todos os recordes agora no terceiro trimestre: uma arrecadação fantástica! Graças a essas pessoas que, lá no campo, estão plantando para a gente comer aqui na cidade. Então, nós temos que ter muito carinho e respeito por eles.

Outra coisa, Deputado Marcelo Cruz, Deputado Jean, que está ali na galeria, Deputado Jean, Vereador Isaque Machado, Presidente da Assembleia Legislativa: eu não tenho medo de intimidação. Já mandaram mensagem para mim de números desconhecidos, já me ligaram, desconhecido dizendo

que a atual gestão do Município de Porto Velho vai preparar uma grande operação para me prender. Gente, não tem problema. Faça isso. O Avante estadual tem candidato a prefeito em Porto Velho, e ponto! Quem vai decidir é a população de Porto Velho, Deputado Aécio. Não sou eu. Eu sou Presidente estadual, recebo determinação da nacional. Eu tenho um presidente municipal, lanço os candidatos em cada município e sou responsável por eles. Agora, não adianta me ameaçar. "Ah, porque o cidadão é Promotor de Justiça, tem muitos amigos e vai cascaviar a tua vida". Faça o que quiser! Faça o que quiser! Me intimidar não vai, de maneira alguma! Não vai me intimidar! Eu nunca fui intimidado. E do jeito que vai, a Prefeitura de Porto Velho vai mudar de mãos. Como vai mudar de mãos lá em Ariquemes, Deputado Adelino. Como vai ficar na mão da Glaucione, lá em Cacoal. Como vai ficar na mão do Deputado Ezequiel Neiva, lá em Cerejeiras. Como vai ficar na mão do Deputado Lebrão, lá em São Francisco, porque trabalha. Como vai ficar na mão do Deputado Jhony em Ji-Paraná. Guajará...

(Às 16 horas e 35 minutos o Senhor Adelino Follador passa a presidência ao Senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Ei, ei. Até a campanha deu risada. A Mãe Diná ressuscitou.

O SR. JAIR MONTES - Gente, está bom. Já vou encerrar aqui. Não dá mais não, Presidente. Está bom.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Próximo orador, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Senhor Presidente, eu gostaria de... Uma Questão de Ordem aqui.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A Questão de Ordem, qual o motivo?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Fui citado na tribuna, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então, eu vou conceder, porque, como eu concedi ao Deputado Cirone, eu vou usar a mesma paridade com Vossa Excelência. Mas bem rapidamente.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Senhor Presidente, eu acho que houve um equívoco por parte dos dois colegas que estão muito aliados, tanto o Deputado Cirone, como o Deputado Jair. Eu disse no meu discurso que eu parablenizo o governo e eu aceito e a população aceita os investimentos. Agora, o que eu quis dizer, Senhor Presidente, é que não tem investimentos na Saúde e nos nossos hospitais em Cacoal. Nós estamos com corredores, Senhores Deputados, lotados de pessoas. Nós estamos com famílias, com gente, pessoas humildes, trabalhadoras, que não têm a quem reivindicar...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA - E que estão aguardando o Governo do Estado, inclusive também o apoio de Vossas Excelências, para que a gente busque uma alternativa para aquele povo sofrido que aguarda uma cirurgia eletiva...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para conclusão.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Que aguarda um exame, que aguarda uma consulta, que aguarda o Governo do Estado, Senhor Presidente. É questão de prioridade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Luizinho.

O SR. JAIR MONTES - Presidente, é discurso de novo? Presidente, é discurso de novo? Ah, para, Presidente!

O SR. ADAILTON FÚRIA - Agora, com relação aos investimentos do Estado, isso daí a gente concorda, Senhor Presidente. Será de bom grado para Cacoal os investimentos que o Estado está fazendo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Luizinho com a palavra, por cinco minutos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhores pares, hoje pela manhã, nesta terça-feira, recebi em meu gabinete o Prefeito do Município de Alvorada d'Oeste, Professor Walter. Fomos até o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, e tivemos uma reunião com o Diretor Elias. E exatamente nós fomos tratar, Deputado Laerte Gomes - você que também é um Deputado de Alvorada d'Oeste, da região -, Deputado Lebrão, Deputado Edson Martins, e nós fomos tratar da celeuma que existe entre aquilo que é de responsabilidade do Estado ou é de responsabilidade do município. E, há poucos dias, depois de praticamente mais de um ano e meio - mais de um ano e meio! - dessa celeuma entre: a estrada é do município; a estrada é de responsabilidade do Estado. Nós acabamos indo ao Município de Alvorada, eu e o Deputado Laerte, na companhia do Diretor-Geral do DER, Elias. Naquele momento, ficou definido que aquelas estradas que o DER vinha fazendo a sua manutenção, há muitos anos, elas ficariam definitivamente sob os cuidados do DER, do Governo do Estado. Ou seja, a Linha 48, que liga Alvorada d'Oeste ao Município de Castanheiras; a Linha 90, que liga a BR-429 até a Comunidade Santa Rita; a Linha 64, que liga a BR-429 ao norte, chegando ao Município de Urupá, Mirante da Serra; e o restante do trecho da Linha 0, que liga a 64 - ou RO-010 - até a BR-429. Isso foi o que ficou acordado. Mas, infelizmente, infelizmente, foi nomeado um chefe do DER no Município de Alvorada d'Oeste, chamado Leandro, e que desde o momento que ele assumiu aquela Residência do DER, ele não tem feito outra coisa a não ser fazer confusão. Incompetente, irresponsável, ruim de serviço e que não conseguiu fazer essas estradas, Deputado Lebrão. Que quando nós cuidávamos da BR-429, que era de responsabilidade do Governo Federal e não era asfaltada, Deputado Lebrão - o Deputado Lebrão era Secretário de Obras de Costa Marques, eu era Residente do DER de Alvorada - com máquinas velhas,

com atoleiro de ponta a ponta, mas tinha que dar conta das estradas. Nós fazíamos limpeza de cidades, Deputado Laerte, inclusive Vossa Excelência era Prefeito, e eu coordenei a limpeza da cidade de Alvorada. Não era diferente com São Francisco, Costa Marques, São Miguel, Porto Murtinho, São Domingos, Forte Príncipe da Beira e nós tínhamos que dar conta do recado e fazer tudo isso. E hoje, Deputado Laerte, quando chegamos juntamente na companhia do prefeito de Alvorada no DER, nós fomos para cobrar a recuperação da Linha 90. Faz mais de um ano e meio que o Governo Marcos Rocha assumiu o governo e até agora não conseguiram patrolar a Linha 90. Isso é uma vergonha! Nós não podemos mais aceitar esse desmando no DER no Estado de Rondônia. E sabe qual foi a resposta que o Prefeito recebeu? Ele mandou um projeto, Deputado Ezequiel Neiva, para pegar o dinheiro do Fitha, que é direito dos municípios, para recuperar a Linha 90, a 48, a 0 (Zero). E a resposta do próprio DER foi dizer que as estradas eram de responsabilidade do DER, por isso o Prefeito não poderia usar o recurso do Fitha para recuperar essas estradas. A gente não sabe mais essa dança do crioulo doido, a dança do crioulo doido que o DER de Rondônia vive nos dias de hoje. Começou, assim, mal com o Meirelles, que foi um atraso para as estradas de Rondônia. Ele criou o caos nas estradas de Rondônia. Ele que deveria ser responsabilizado, Deputado Jair Montes, deveria ser responsabilizado pelo prejuízo que ele causou não só para o cidadão que quebrou seus veículos, que teve danos materiais, danos físicos. Ele deveria ser responsabilizado pelos órgãos de controle, porque aquilo que era um pequeno buraco se transformou numa cratera. Aonde nós tínhamos uma estrada, que com pouco dinheiro - Deputado Chiquinho - se recuperava, hoje nem se recupera mais. E a resposta triste que o Prefeito recebeu hoje, pela palavra do próprio diretor do DER, é que o Leandro - esse

incompetente, irresponsável, que não tem capacidade para tocar o DER de Alvorada d'Oeste -, ele mandou foi um vídeo, gravou parte de uma conversa que os agricultores lá em Alvorada falaram o seguinte: os agricultores foram no gabinete do Prefeito fazer movimento para criticar o Prefeito. E o Prefeito, uma pessoa muito sensata, mostrou dados, mostrou o documento e falou que ele estava impedido de arrumar aquela estrada que era de responsabilidade do Estado. E aí o tal Leandro, esse incompetente, que não dá conta de fazer estrada (eu acho que ele não dá conta de cuidar do quintal da casa dele), sabe o que é que ele fez? Ele pegou parte da gravação, pegou parte da gravação que os agricultores, os proprietários rurais fizeram lá no gabinete do Prefeito e ainda o Diretor do DER, Elias, veio chamar atenção do Prefeito. É uma vergonha, quando o Estado não faz a sua parte. Que nós vamos cobrar um direito do cidadão e ainda nós recebemos como resposta que nós estamos errados. Eu assumi para o Elias, eu falei que se os agricultores fossem fechar a estrada eu queria estar junto lá, eu queria estar junto lá. E eu estou falando isso, Presidente, porque quando eu estive no mesmo cargo do Leandro, eu dei conta de fazer estrada, tanto que é fato que as pessoas, até hoje, têm saudade do nosso trabalho, Deputado Lebrão, naquela região. E olha que o tempo passou. Hoje nós temos máquinas mais modernas. Hoje nós temos pontes de concreto, onde era só ponte de madeira. Hoje nós temos bueiros de aço, que naquela época não existia nenhum. Então, pelo amor de Deus, Governador Marcos Rocha, eu sei que ele é seu amigo pessoal, eu sei que ele é agente penitenciário e que trabalhou quando o senhor foi Secretário da Sejus, da Secretaria de Justiça. Mas, pelo povo de Alvorada que lhe elegeu, Governador Marcos Rocha, mande esse homem de volta lá para cuidar do presídio, desenvolver a sua função como agente penitenciário. Porque

de fazer estrada ele não entende nada, porque de trabalhar de manhã até a noite todos os dias, como eu trabalhei, ele não dá conta. Quem está pagando o preço da incompetência e inoperância dele é o povo de Alvorada, o povo da 90, o povo da 64, o povo da 52, que é a RO-473.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Da Linha 0.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Da Linha 0, eles estão pagando o preço. E aí, Presidente, para encerrar, esse tal Leandro, que não merece o nosso respeito, sabe o que ele fez? Ele foi fazer a Linha 52 e aí, quando ele foi fazer a Linha 52, depois de eu, Deputado Laerte, Deputado Lebrão fazermos o pedido aqui para o governo e cobrarmos muitas e muitas vezes, ele pegou um vereador de Alvorada e foi gravar vídeo e dizer que é o vereador de Alvorada que tinha feito o pedido e ele estava atendendo.

Leandro, pelo amor de Deus, Leandro, ajuda o povo de Alvorada, meu irmão. O povo de Alvorada que paga o seu salário. Ajuda o povo de Alvorada. Se compadeça, Leandro, com os agricultores, se compadeça com os produtores rurais, se compadeça com as pessoas que precisam da estrada e pede para sair, meu irmão. Pede para sair. Ache outra coisa para fazer, porque estrada você não dá conta de fazer, meu irmão. Se toca! Sai! Pede para sair que é um favor que você está fazendo para a população de Alvorada.

Presidente, esse é o tema que eu queria falar do DER, mas daqui a pouco eu quero falar da Sedam, mas eu vou deixar, como venceu o meu prazo, eu vou falar da Sedam. Mas a Sedam é muito pior do que o DER de Alvorada. Se o DER de Alvorada está ruim, a Sedam está muito pior, porque o DER

de Alvorada está fazendo mal para Alvorada e a Sedam está fazendo mal para Rondônia inteira. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra o Deputado Dr. Neidson. Depois quando terminar nós abrimos Questão de Ordem. Deixa acalmar os ânimos.

Deputado Dr. Neidson, com a palavra.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Questão de Ordem, Presidente. Eu queria dar os parabéns ao Deputado Luizinho Goebel...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Depois, porque não tem Questão de Ordem.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Porque aí passa e os parabéns não conseguem vir e eu queria tirar uma dúvida também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vamos respeitar o Regimento. O parlamentar está desde as 15 horas inscrito e é o tempo dele de falar.

O SR. JAIR MONTES - Está certo. Se gritar a gente tira da tribuna.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Depois, ao final, eu lhe dou a Questão de Ordem rapidamente para você e para o Deputado Lebrão.

O SR. DR. NEIDSON - Obrigado, Presidente. Eu quero falar um pouco da saúde do nosso Estado, Presidente. Principalmente aqui no nosso município de Porto Velho, no qual ontem eu fiz umas visitas. Visitei o Hospital Santa Marcelina. Infelizmente, o que nós vemos lá é que o Governo do Estado retirou toda a autonomia que o Santa Marcelina tem. Não realizam mais cirurgias. Nós temos um déficit muito grande de cirurgias no Estado de Rondônia, retiraram essa parte do Santa Marcelina, pediram para que colocasse todos os pacientes que estavam marcados na Regulação. Nós temos pacientes no Santa Marcelina, aguardando leitos no Hospital de Base há 21 dias. Eu fui lá e eu vi um paciente aguardando um leito para fazer um atendimento ortopédico há 21 dias. E nos disseram que as dificuldades são muito grandes no hospital, principalmente no Hospital de Base, para liberar leitos para atendimento, principalmente da ortopedia para os outros hospitais. E, com isso, eu fui hoje pela manhã ao Hospital João Paulo II. Eu vou pedir para que possam colocar as imagens do Hospital João Paulo II que eu fiz hoje.

(Apresentação das imagens)

Essa aí é a situação dos corredores do João Paulo II hoje pela manhã. Pode ir passando as imagens também.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Que absurdo!

O SR. DR. NEIDSON - Eu me lembrei, quando eu entrei no Hospital João Paulo II, olha aí os pacientes no chão já, eu me lembrei de 2006, quando eu entrei no Estado de Rondônia, e os pacientes eram todos no chão, sentados. Infelizmente, essa situação não era para estar assim. Nós, através da Comissão de Saúde, nós já fizemos uma Recomendação Legislativa para que retorne as cirurgias eletivas, para que o Governo do Estado possa realizar as cirurgias em nosso Estado e, infelizmente, a superlotação hoje do Hospital João Paulo II se deve, principalmente, a ortopedia. Eu acredito que se o Hospital de Base realizasse mais cirurgias, liberasse os leitos, a empresa que é contratada pelo Governo do Estado realizasse e desafogasse as cirurgias ortopédicas, não estaríamos nessa situação hoje no João Paulo II. Os pacientes no chão aguardando cirurgia. Tem pacientes aí há mais de 15 dias, depois são transferidos para outros hospitais, no caso do Santa Marcelina, eu fui lá ontem, eu vi, eu constatei a situação. O paciente já estava há 21 dias no Santa Marcelina, fora o que ele já estava no João Paulo II aguardando uma avaliação ortopédica lá no Hospital de Base e foi encaminhado hoje pela manhã esse paciente.

Eu acredito que a Secretaria Estadual de Saúde, o Governador tem que determinar o aumento desse número de cirurgias eletivas, a liberação de leitos no hospital de Base, para que realizem os atendimentos, as cirurgias sejam realizadas, que as cirurgias eletivas retornem ao nosso Estado de Rondônia, porque os pacientes, hoje, em todo o Estado, em todos os municípios, estão aguardando, estão fazendo tratamento somente de Covid. E não é só Covid que nós temos na nossa população. Temos outras afecções, outras

doenças. Nós temos pedra na vesícula, nós temos pedra nos rins e eu acredito que o Estado tem que dar uma resposta.

Nós fizemos uma Recomendação ao Governo do Estado. Eu pedi hoje para a assessoria da Comissão da Saúde fazer o levantamento se já foi respondida essa Recomendação no prazo regimental. Se não foi, nós vamos reiterar e se não for respondida novamente, nós vamos tomar as providências aqui pela Assembleia Legislativa.

Nós avaliamos também... Lá no Hospital João Paulo II, quando eu cheguei, tinha um paciente lá em frente à gerência médica e a enfermeira, a própria enfermeira do Hospital, me disse assim: "Doutor, a gente está aguardando essa cirurgia, terceira vez que suspende porque não temos campos operatórios.", que é um pano que se coloca para isolar o paciente para fazer uma cirurgia. Na mão, colocasse 4 paninhos, e não tinha, estava suspensa pela terceira vez essa cirurgia lá no João Paulo II.

Fui na lavanderia e constatamos uma situação também. A lavanderia, todos os materiais são encaminhados para o Hospital de Base, que já não tem tantos funcionários como tínhamos antes, reduziu o número de funcionários. Esses campos operatórios estavam lavados. Agora tem um técnico de enfermagem lá, só separando. Os campos que foram lavados estão voltando sujos para o hospital. Então, dos campos que chegam, vamos dizer que chegaram mil campos operatórios, uns 300 vão servir para fazer cirurgias, e os outros 700 vão ser separados e retornam para serem lavados novamente. Não é culpa dos funcionários, viu? Reduziram o número de funcionários, aumentou a demanda e o governo não se programou.

Eu acredito que a terceirização seria uma das saídas que nós temos. Nós temos, parece-me que o Regina Pacis já

terceirizou a lavanderia e eu acredito que esta situação seja, também, uma das saídas que nós temos aí, para o Hospital Joao Paulo II. Cirurgias estão sendo suspensas por essa situação.

E outra coisa, o estado da estrutura física do Hospital João Paulo II está degradável. Não tem condições de atender. Nós temos aí um novo Hospital, o Regina Pacis, que foi entregue reformado. Eu acredito que só temos dez, doze leitos de UTI, lá, para atender a Covid e temos outras estruturas no Estado, aqui em Porto Velho, principalmente, para atender a Covid. Eu acredito que o Governo do Estado deva utilizar esse Regina Pacis e transferir os pacientes para outras unidades que prestam atendimento para a Covid, transferir pacientes do Hospital João Paulo II para o Regina Pacis e fazer uma reforma naquele hospital que já não tem condições. Não tem condições nenhuma.

Hoje nós ficamos muito tristes quando entramos no hospital e vimos a situação. Paciente de 93 anos aguardando transferência para o Hospital de Base, vários pacientes lá no Hospital João Paulo II sofrendo pela situação que estão passando, pela cirurgia. É hora de o Governo do Estado tomar providências: Governador, tome providências com relação às cirurgias eletivas, às cirurgias ortopédicas e à superlotação que nós temos no Hospital João Paulo II...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para a conclusão.

O SR. DR. NEIDSON - E concluindo também, Presidente, o Santa Marcelina tem condições de fazer as cirurgias, também, eletivas; cirurgias ortopédicas nós temos 3 ortopedistas do Estado fazendo as cirurgias; tem condições

de ampliar o número de cirurgias e desafogar o Estado de Rondônia. Então, não virem as costas para o Hospital Santa Marcelina também, que é de suma importância para o nosso Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Deputado Geraldo da Rondônia, rapidamente, pediu Questão de Ordem, vou conceder a Vossa Excelência. O senhor não fez uso da palavra até agora.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Obrigado, Presidente. Senhor Presidente, eu confesso que já tem um "cadinho" de tempo que a gente não se encontrava assim e eu fiquei muito feliz de saber que Vossa Excelência não vai concorrer à Prefeitura. Naquele dia em que o senhor me ligou, pedindo até a minha opinião, das minhas palavras eu me recordo muito bem, que o senhor, como aliado meu, um amigo particularmente, prefiro; o senhor faz mais falta aqui na Casa. Eu tenho certeza de que Ji-Paraná pode aguardar um pouquinho, mas a Casa aqui, em relação a sua eficiência, competência, seriedade, harmonia, um homem de diálogo - entendeu? -, nós não poderíamos esperar. Obrigado, Presidente, por decidir ficar conosco aqui.

Eu quero parabenizar o Deputado Luizinho pelas suas palavras. Palavras corajosas, Deputado Luizinho, ali defendendo a região. Na verdade, criticando o governo, mas num tom muito inteligente, porque vamos aqui respeitar, sabendo que o Governo Marcos Rocha, hoje tem 65% de aceitação. Um homem, falando de Marcos Rocha é uma coisa, governo é outra. E também, aproveitando e também elogiando o vice-líder do Governo nesta Casa, Deputado Jair Montes, um homem muito respeitado, uma pessoa que tem levado as

nossas demandas com muita seriedade, obrigado, Deputado Jair, por você ser esta pessoa tão competente. E depois, Presidente, depois que o Deputado Jair Montestomou, digamos, a rédea desse vice do governo, da liderança nesta Casa, as coisas realmente se transformaram. E continuando o raciocínio aqui, elogiando meu colega Deputado Luizinho Goebel. Deputado Luizinho, me ligaram aqui umas três pessoas. Eu conheço muita gente Alvorada d'Oeste. É que você fala um apelido lá de um Leandro, porque tem uns dez 'Leandros' que me ligaram aqui, que Leandro é esse que Vossa Excelência está com tanta raiva dele assim? Me passaram aqui "quem é Leandro?", porque disseram que tem uns duzentos 'Leandros' lá.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Leandro, Residente do DER.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Mas não tem sobrenome, apelido, esse cidadão?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Fala aí, Deputado Laerte Gomes, que conhece.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não tem, não. É Leandro do DER. Leandro da Sejus, que era diretor do presídio, agora foi promovido para diretor do DER.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deixar bem claro então que é o Leandro, Residente do DER de Alvorada. Não tem culpa outros 'Leandros', não. Os outros 'Leandros', eu acho que são gente boa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Geraldo da Rondônia, para conclusão, meu líder, que nós vamos começar Comissão Geral agora.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Quero elogiar também o nosso Deputado Dr. Neidson, nosso médico, parabéns pela fiscalização, por estar ali conferindo as denúncias. Mas dizer também, Deputado Dr. Neidson, que o nosso governo tem - viu, Deputado Jair Montes, até através de cobranças suas -, o nosso Governo Marcos Rocha tem tido um olhar diferenciado, sim, para a Saúde. Essa questão que o senhor mostrou ali dos corredores já é de outros governos, e outros governos, e outros governos. É coisa que nós não conseguimos resolver de uma hora para a outra. E essa situação ali de superlotação é porque os Estados não estão dando conta. Mato Grosso, Acre e Amazonas estão mandando gente para cá. Então não podemos passar essa conta para o nosso Governador Marcos Rocha. Obrigado, Governador Marcos Rocha, pelo excelente trabalho que vem fazendo.

O SR. JAIR MONTES - Estamos juntos, Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA- E o senhor, também, pelo seu trabalho, também, porque o senhor tem... Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou... só uma Questão de Ordem. Nós temos o Secretário. Por favor. Não vou dar Questão de Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA - A minha Questão de Ordem...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vossa Excelência já usou a palavra, nós estamos com o Secretário desde as 3 horas. Na Comissão Geral, Vossa Excelência vai se inscrever e vai ter a oportunidade de falar.

As Breves Comunicações estão encerradas. Passemos ao Grande Expediente. Não tem orador inscrito.

Suspendo, neste momento, a Ordem do Dia para transformar em Comissão Geral.

Senhores Deputados, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do artigo 135 do Regimento Interno, para recebermos o Senhor Secretário de Meio Ambiente do Estado.

(Transforma-se esta Sessão Ordinária em Comissão Geral às 16 horas e 59 minutos)

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Presidente, Questão de Ordem é com relevância...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu estou usando aqui a... Daqui a pouco eu dou Questão de Ordem. Senhor Deputado, a Mesa está, a presidência está lendo o artigo da Comissão Geral.

Para receber o Secretário Estadual de Meio Ambiente para prestar esclarecimentos quanto à operação que está sendo desenvolvida nos municípios de Rondônia.

Solicito aos Senhores Deputados Adelino Follador e Ismael Crispin para acompanharem até a Mesa Diretora o convidado. E quero ressaltar que neste primeiro momento ele foi convidado - e quero enaltecer -, foi convidado hoje pelo Deputado Luizinho Goebel.

O SR. JAIR MONTES - Depois eu quero falar com o Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, só confirma para mim se chegou algum memorando do Gabinete do Deputado Eyder Brasil se excluindo da liderança do governo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Já passo essa informação para Vossa Excelência.

Então o Senhor Marcílio Leite Lopes, que foi Secretário da Sedam, que foi convidado para participar desta Comissão Geral, e veio até aqui. E já dizer que foi convocado o Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental, que teve o mesmo convite, senhor líder Deputado Jair Montes, e não veio a esta Casa. Então, nós convocamos o Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental para a próxima terça-feira. Está convocado, sob pena dos reflexos do nosso Regimento, para poder estar aqui.

Deixa o Secretário sentar aqui.

Deputado Jean Oliveira, Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, gostaria que Vossa Excelência estivesse na Mesa. Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Deputado Adelino Follador também pode participar, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Os técnicos da Sedam. São técnicos?

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - É. Inclusive alguns vão ter que me auxiliar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Os técnicos da Sedam podem sentar nessas cadeiras aqui, com microfone. Podem sentar ali atrás e, quando for solicitado, aí usa a palavra. Podem usar as cadeiras.

Nós vamos proceder à Comissão Geral da seguinte maneira: eu vou passar para o Secretário, por dez minutos, para o senhor explanar essa operação que está sendo feita pela Sedam e acho que Ibama e Polícia Ambiental, e depois,

enquanto isso, nós vamos fazer as inscrições dos deputados para fazer os questionamentos, e aí o Secretário e a equipe dele vai auxiliá-lo.

Só queria ressaltar mais uma vez aqui, Secretário, agradecer a Vossa Excelência, nós fizemos o convite e está aqui. Isso é uma demonstração de respeito a este Parlamento. Ao contrário do Comandante do Batalhão da Polícia Ambiental, que foi convidado da mesma forma que o senhor, e não veio. Por isso, foi convocado, hoje, terça-feira, sob a pena do nosso Regimento, sob a pena da nossa Constituição que diz que tem a obrigação de comparecer. Só para dizer, logicamente, só para ressaltar, aqui, e a gente tem que ressaltar que o Secretário, de pronto, recebeu hoje de manhã, e de pronto está aqui com a sua equipe. Então, a gente também tem que ressaltar essas atitudes, esses gestos, que demonstram respeito a este Parlamento, que representa a população.

Então, vou passar para o Secretário, Marcílio Leite Lopes, que tem 10 minutos, fique à vontade, para você poder explanar essa operação.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Boa tarde a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. Eu estou como Secretário da Sedam, meu nome é Marcílio Leite Lopes, eu sou engenheiro florestal. Há 17 anos eu atuava como profissional autônomo. Então, eu conheço muito bem todas essas questões relacionadas à fiscalização.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Você permite só um minutinho, uma informação, senhor Marcílio, não te atrapalhando, depois vai ter o tempo necessário e se precisar de mais tempo, a gente concede. O Batalhão do Comandante da Polícia Ambiental, além de ter tratado de

forma que não devia quando foi comunicado, disse que não podia vir, porque tinha que, só com a autorização do Comando Geral. Então, eu queria informar ao Comandante da Polícia Militar, que eu não vou informar ele. Vou informar o Comandante do Batalhão da Ambiental que ele está convocado. Não está convidado, não. ele está convocado, sob pena de a gente buscar ele. Então, terça-feira, eu aguardo ele e os seus técnicos, aqui, para dar os esclarecimentos a esta Casa, que esta Casa não vai ser desrespeitada.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Senhores, então, eu fui convidado para trabalhar na Sedam pelo nosso Governador Marcos Rocha. Hoje está fazendo, exatamente, 3 meses. O Governador me deu uma missão, a principal delas: agir, respeitando a legislação, respeitando a legalidade das ações. Essa ação na BR-429 é uma ação de durou, aproximadamente 11, 12 dias. O principal objetivo foi constatar, através de imagens de satélite, os ilícitos que ocorreram este ano. Não foi o ano passado, nem um ano anterior. Todas as ações foram voltadas, no sentido, de primeiro ter uma informação de monitoramento. Saber o antes e o depois. Como estavam aquelas propriedades, e o depois do desmatamento. E a gente fazia esses cálculos no hectare todo. E uns lá, verificar, realmente, e constatamos que havia ocorrido tanto desmatamento, quanto a questão das queimadas em si.

Essa operação, eu vi um vídeo do nosso nobre Deputado Lebrão. O ano passado, o senhor falando, eu acho que com o Nabhan sobre a questão da nossa legislação. Falando que em Portugal nem tem nada. Achei muito interessante, eu, como autônomo, para o senhor ter uma ideia, eu trabalhei 1 ano e meio no Amapá, 2017 e um pedacinho de 2016. Tive a oportunidade de trabalhar para um grupo de portugueses. O

senhor falando de Portugal me lembrou dessa situação lá. Eles estavam abandonando o Amapá para ir para o Paraguai. O Paraguai, por incrível que pareça, a reserva legal lá, Deputado Laerte, em todo o território é 25%, seja qualquer bioma, qualquer tipo de vegetação local, lá. Eu sei, por estar pouco tempo no Estado, e 17 anos como autônomo, eu conheço muito bem toda essa situação. Como o senhor falou, um dos principais problemas do Estado, vendo vocês falarem lá, é a questão da regularização fundiária. Enquanto nós não trabalharmos a regularização fundiária, sempre vai ser difícil trabalhar essa questão da coibição, do desmatamento em si.

É algo que até o Presidente Bolsonaro tinha prometido, só que encontrou muito, muito... complicado. A meta era 600 mil imóveis, ... 150 anos - não é? -, a regularização. Mas voltando à questão da 429, todos os imóveis que foram autuados, cerca, acho, de 242, em relação aos cadastros que têm imóveis no CAR, isso corresponde, aproximadamente, a 1,6% do número total de imóveis. Isso desconsiderando o Sigef (Sistema de Gestão Fundiária) ou até uma área de posse, que não tem a sua inscrição no CAR ou mesmo no Sigef. Essa máscara me atrapalha, vocês me desculpem... posso tirar? Então, está.

A situação é a seguinte, que todas as áreas, e eu tive a oportunidade de estar lá, Deputado Lebrão, eu cheguei a visitar, sobrevoei de helicóptero. Uma das coisas que eu queria conhecer era a atuação da nossa fiscalização, junto com o BPA, junto com o Exército. Em momento algum, eu vi nenhum disparate do ponto de vista de alguma ilegalidade por conta dos nossos fiscais da Sedam, entendeu? Sempre alinhados, sempre procurando fazer o melhor dos seus serviços ali como fiscais. Porque nós somos obedientes à lei, como eu falei para o senhor e para os demais Deputados

aqui, se tiver que fazer alguma coisa, é aquela conversa que o senhor teve lá na Conaban (Confederação Nacional dos Bananicultores), vai ter que mudar o Código Florestal, entendeu? Infelizmente, o Código Florestal engessa aqui a nossa região Amazônica. Imagina se fossem 50%. Talvez hoje nós estivéssemos indo lá na 429 para liberar uma autorização, supressão da vegetação, algo nesse sentido aí.

Então assim, com a mudança do Código Florestal, também muda o quê? Muda a fiscalização, mudam as nossas ações com relação ao nosso cumprimento legal de fiscalização, monitoramento.

Eu estou com a minha equipe aqui. Se os senhores se sentirem à vontade, podem fazer as perguntas que forem necessárias. O que eu não puder responder eu vou passar para a minha equipe aqui.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Secretário.

Eu vou abrir as inscrições. Está aqui em primeiro...

O SR. LEBRÃO - Me inscreva aí, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu posso começar? **(fora do microfone)**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Faz a inscrição primeiro, Deputado Jean.

Quem mais quer se inscrever? O horário de se inscrever é agora.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu. **(fora do microfone)**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Esses? Então, temos a ordem das inscrições: Jean, Lebrão, Luizinho, Adelino, Chiquinho e Crispin.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Cirone. **(fora do microfone)**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Cirone também.

Então, nós vamos fazer o seguinte: para ser sucinto no negócio, nós vamos dar ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente cinco minutos para fazer as perguntas, os questionamentos, aos demais deputados três minutos para pergunta, e os técnicos terão tempo para as respostas, o mesmo tempo. Ok? Para a gente não ficar aqui até... Se precisar estender um pouquinho ou precisar de uma réplica, a gente vai administrando aqui para ser algo organizado.

Com a palavra, por cinco minutos, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Secretário da Sedam, sua equipe técnica, sejam bem-vindos a esta Casa.

Eu queria aqui, Senhor Presidente, fazer um apelo aos nobres parlamentares que a gente se atenha a discutir o mérito da situação, sem querer ganho político. Nós sabemos que estamos vivendo um momento eleitoral, mas não é para isso que nós estamos aqui. Nós estamos aqui para resolver o problema das pessoas que estão passando por dificuldade, e das reclamações que chegaram a esta Casa após as operações capitaneadas pela Sedam e pelo Batalhão de Polícia Ambiental do Estado de Rondônia.

A primeira coisa: eu acho que o questionamento nosso aqui, Secretário, é a forma como têm sido executadas essas operações, a forma como, principalmente, os policiais têm se comportado perante essas pessoas que são alvo da operação. Então, um comportamento inadequado, um comportamento que não é de um servidor público que estudou, passou num concurso, foi treinado para tratar bem as pessoas, respeitosamente, desrespeitando o cidadão rondoniense, que, na maioria das vezes, infelizmente não tem conhecimento dos seus direitos.

Então assim, abusos de toda natureza, até solicitando que a esposa daqueles que, muitas vezes, estão sendo perseguidos por essa operação, solicitando que faça almoço para eles aguardarem a chegada da pessoa. Isso é um absurdo! Isso não é comportamento de um servidor público estadual.

Então, esse é um ponto que eu quero debater aqui, sabendo que a Polícia Ambiental tem em seu quadro, que não pertence a Sedam, no entanto nós temos os técnicos da Sedam que acompanham também a Polícia Ambiental.

Segundo ponto: não adianta nós aqui ficarmos debatendo sobre mudança da legislação federal porque aqui nós estamos no parlamento estadual. Não adianta a gente discutir isso.

"Ah, é injusto!". Completamente injusto a Amazônia - a região Amazônica - ter que pagar pela preservação lá do centro-sul do País. Ok. Mas, neste momento, nós temos um Código Florestal e temos que respeitá-lo. Ok.

Agora, dentro daquilo que é atribuição de o Estado fazer, nós estamos fazendo? O primeiro adendo que eu quero levantar aqui, Secretário, o primeiro adendo: chegou a hora de a Sedam, que tem a responsabilidade na Constituição federal, o órgão ambiental, tratar sobre regularização fundiária, e não a Secretaria de Agricultura. Quem tem que tratar isso é o órgão ambiental. Está na Constituição federal. Ok. O que nós temos feito, com relação à regularização fundiária, para que a gente possa ajudar a colaborar para o desenvolvimento do Estado e colaborar também para que as pessoas possam respeitar a lei ambiental? O que nós temos feito?

Outro: dentro das discussões basicamente encerradas, gostaria de entender o que está acontecendo que o zoneamento ainda não chegou a esta Casa, uma vez que ele já foi exaustivamente discutido, já passou pelo processo que a lei exige (que são as reuniões, as deliberações, já foi aprovado)? E por que é que o Executivo não encaminha a esta Casa? Porque esses são assuntos que estão diretamente relacionados com a preservação ambiental, com a manutenção da lei que visa proteger o meio ambiente. Por que até agora não chegou a esta Casa?

Então, Secretário, eu quero aqui - esses são os pontos que eu coloco em discussão. Não adianta a gente querer ficar perguntando, porque existe uma Lei Federal e deve-se cumprir. Existe aquela questão que é uma sigla federal agora sobre que o Vice-Presidente da República aplica, que é GLO (Garantia da Lei e da Ordem). E aí tem essa GLO que tem uma instrução, uma Norma para que se cumpra. Mas o que

o Estado nunca - esse é o questionamento maior, Secretário -, o Estado nunca praticou operações como essa, agredindo o cidadão rondoniense, que tem um perfil que a gente conhece. O cidadão rondoniense saiu das suas regiões lá do Centro-Sul, do Sul, do Sudeste, do Nordeste para vir para cá para produzir e agora está sendo tratado como criminoso. Estou encerrando, Presidente, estou encerrando.

Então, são esses os meus questionamentos: por que o zoneamento não chegou ainda? Queremos uma discussão melhor sobre a questão da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e o comportamento do servidor público policial ambiental do Estado de Rondônia, acompanhado do técnico da Sedam. É esse o comportamento terrorista que nós não vamos aceitar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Três minutos para a resposta. É você quem vai responder, Secretário?

O SR. LEBRÃO - Não é melhor você fazer todas as perguntas e depois ele responder de uma vez?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, mas ele vai anotando. É tranquilo.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - A primeira e a segunda eu gostaria de encaminhar para o Dr. Matheus, que ele está a par da situação. E a terceira eu pergunto para o nosso gerente de fiscalização, o Coordenador Marcos Trindade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então, eles têm três minutos. Dr. Matheus.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Presidente, eu vou tentar ser bastante breve. Sobre o zoneamento, de fato, ele foi aprovado pela Comissão de Zoneamento. Deputado Jean, inclusive, estava presente na última reunião. E foi aprovada uma minuta de Projeto de Lei, inclusive com os mapas deliberados e aprovados pela comissão técnica e pela Comissão Estadual de Zoneamento. E este Projeto foi encaminhado para a Casa Civil. Ocorre que, posteriormente, os senhores têm conhecimento, foi encaminhado para esta Casa o Projeto de Lei relativo à extinção parcial de Jaci-Paraná, a "redelimitação" de Jaci-Paraná. Então, eu acredito que a Casa Civil ainda não encaminhou o Projeto de zoneamento para esta Casa, porque está aguardando uma definição em relação ao projeto das unidades de conservação, este projeto que está aqui nesta Casa.

Qual a relevância de se aguardar a votação desse projeto relativo às unidades? Porque uma vez aprovado este projeto relativo às unidades, não vamos precisar atualizar o projeto de zoneamento. Então, talvez, o projeto de zoneamento ainda não tenha sido encaminhado, porque está aguardando esta definição. Então, eu acredito que, uma vez que for definido, se a Jaci-Paraná vai ganhar um novo contorno ou não, aí sim o projeto de zoneamento vai ser encaminhado para esta Casa; enfim, vai ser deliberado. Acredito que este seja o motivo. Agora, quem poderia responder isso talvez com mais propriedade seria a própria Casa Civil, que é quem está na posse do projeto.

(Às 17 horas e 19 minutos, o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR.EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Jean, está satisfeito com a resposta do Dr.Matheus?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Jean, eu poderia só fazer uma fala com Dr. Matheus? É possível?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Dr. Matheus, o senhor tem razão, porque ficou combinado até com outro Secretário ali, Deputado Jean, que nós tínhamos que aprovar a questão da Resex, porque ela está incluída já no zoneamento. Então, ficou combinado de primeiro aprovar Resex para encaminhar o Projeto do zoneamento, que é tão importante para o Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Chiquinho da Emater.

Vou passar a palavra agora para o Deputado Lebrão, mas antes eu queria fazer uma contribuição, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só um pouquinho, ainda não teve a resposta sobre o comportamento dos técnicos da Sedam

acompanhados dos policiais ambientais. Só isso que não foi feito ainda.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Quem vai ser? Vai ser o Trindade que vai responder? Perfeito.

O SR. MARCOS TRINDADE - Cumprimentar os nobres Deputados e agradecer, principalmente, alguns deputados, como exemplo Deputado Lebrão, Deputado Cirone, o próprio Deputado Chiquinho da Emater, que sempre buscam incessantemente a defesa dos agricultores, dos pecuaristas, dos homens que realmente empreendem no nosso Estado de Rondônia.

E, Deputado, eu queria deixar bem claro aqui que a parte da Sedam em relação à fiscalização incumbe a ela apenas a parte administrativa. Ou seja, a lavratura dos autos de infração, a apuração da parte técnica, que é em relação à captação das imagens de satélite, e o BPA está exclusivamente para fazer a parte criminal. Então, eu quero deixar aqui bem claro que nós não compactuamos em momento algum com práticas abusivas ou desrespeitosas. Sempre estamos acompanhando qualquer tipo de denúncia, qualquer tipo de comportamento desonesto ou desonroso com os nossos agricultores, com as pessoas que investem em nosso Estado de Rondônia. E aqui estamos principalmente para defendê-los, assim como os senhores aqui que eu acompanhei também as palavras dos senhores e muito me orgulha, Deputado Lebrão, o senhor está sempre em defesa. As suas palavras são muito bem colocadas quando estão em defesa do agricultor do Estado. Isso aí realmente, as suas palavras, quando o senhor diz que essas pessoas que estão aqui que fazem acontecer o Estado. E é em defesa dessas pessoas que

nós estamos também. Porque a partir do momento que, Deputado Eyder, nós permitirmos que práticas abusivas ou até mesmo mediante o meio ambiente, que ele seja devastado, isso vai fazer com que o nosso Estado mude o clima, mude o bioma de qualquer região que seja, entendeu? Ou seja, se nós deixarmos que aconteça o desmate de uma forma generalizada, o próprio pecuarista, o agricultor que está naquela região vai sentir o clima, vai sentir a mudança do clima, vai virar área deserta.

Então, eu só queria falar isso, Deputado, que nós estamos aqui e não compactuamos de forma alguma. E já deixamos à disposição aqui, já quero deixar à disposição os órgãos de controle: Ministério Público, nossa própria Ouvidoria, nós temos uma Ouvidoria dentro da Sedam para apurar uma possível prática abusiva de qualquer servidor que seja.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Trindade. Esclarecido, Deputado Jean? Só uma questão de informação, deu entrada nesta Casa de Leis no dia 31 de março a Mensagem nº 48, que trata da Política de Regularização Fundiária.

Com a palavra agora o Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO - Cumprimentar aqui o Marcílio, que nos visita. Agradecer a vinda tanto do Marcílio como toda a equipe técnica aqui da nossa Sedam. Eu entendo que esse é um tema que não diz respeito somente ao Estado e sim a Federação. O Marcílio eu conheço há muitos anos, tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos quando eu era do setor produtivo madeireiro e realmente, ele tem um conhecimento

muito amplo. Da mesma forma a equipe da Sedam, nosso Procurador, o Dr. Matheus que faz um brilhante trabalho. Eu participei de todas as reuniões que nós tivemos aí para poder fazer a elaboração desse zoneamento e a última reunião, inclusive, eu presidi em nome da Assembleia Legislativa, porque estava em outra agenda o Deputado Jean que é o nosso Presidente, juntamente com o nosso Presidente de Agricultura que também não pôde estar presente naquele momento e definimos como seria aprovado.

Quero discordar também um pouquinho, Deputado Jean, que nós podemos fazer alguma coisa sim em prol do meio ambiente, porque nós podemos atualizar. Acredito que vai ser feito agora nessa atualização do zoneamento, a adequação do zoneamento com o Código Florestal em cima do artigo 12, do § 5 do Código Florestal. Vamos alterar isso aí, com certeza.

Infelizmente nós tivemos o problema aí da Jaci e atrasou um pouco, mas nós estamos esperando ansiosamente para que venha esse projeto para a gente resolver o problema do zoneamento. Eu acompanhei e não foi por acaso, que agora eu sou até proprietário também de terra lá no Rio Preto, uma abordagem da Polícia Ambiental, juntamente com a Sedam, parabenizar os fiscais da Sedam, mas não da mesma forma da Polícia Ambiental. Uma abordagem totalmente equivocada. Não é dessa maneira que se faz uma abordagem. E eles não me conheciam como deputado. E quando fizeram a abordagem, eu estava em um veículo, já foi com metralhadora, espingarda, que eu não entendo muito desses calibres, mandando as pessoas descerem, mão para cima. Não é dessa maneira que se faz uma abordagem, principalmente em lugares que têm somente trabalhadores e não bandidos. Deputado Eyder, que preside esta Sessão, neste momento.

Então, nós temos que agora, também, além de tudo, usar o bom senso gente. Não se pode fazer uma autuação e eu passei isso para o Marcílio, estava juntamente comigo o Trindade e falei hoje no meu pronunciamento aqui, de uma pessoa que... Dá vontade de ir embora do Brasil. Dá vontade de ir para os Estados Unidos, que lá você não tem direito de nada, mas ganha o suficiente para pagar tudo. E aqui nós temos direito de tudo, mas não temos nada. Nós temos que mudar essa situação. E isso só vai acontecer se vier uma lei federal dando autonomia para os Estados legislaresobre o meio ambiente. Senão nós teremos muita dificuldade, Trindade, você sabe muito bem disso.

Agora, eu quero pedir encarecidamente a vocês: vamos rever essas autuações. Autuações que não condizem com a realidade do nosso povo, autuações faraônicas, de um valor que simplesmente tira o homem do campo, da sua linha de trabalho. E nós temos que fazer nossa parte e é isso que nós estamos fazendo aqui, como parlamentares que somos, Marcílio. Então só estou pedindo para vocês olharem com muito carinho para que a gente não cometa injustiça que podem levar até pessoas a se suicidarem, que quase aconteceu isso lá em São Francisco do Guaporé, em cima de um chacareiro de 1 hectare e pouco de terra, com a autuação de R\$ 70 mil. Isso não pode acontecer.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Perfeito.

O SR. LEBRÃO - Queimadas. Nós não queremos que queime. Mas para isso não acontecer nós temos que ter investimento. E se tira a condição de fazer o investimento, mutilando aqueles que, geralmente, pagam os nossos salários e que produzem para este Estado, fazendo gerar emprego e

renda, que a maior indústria a céu aberto que nós temos é o agronegócio. Então, nós temos que tomar muito cuidado com isso.

Eu acho que chegou o momento de esta Casa sentar, juntamente com o Poder Executivo e o Poder Judiciário, também, para a gente definir uma estratégia para não acabar com os nossos produtores rurais de pequeno porte. Obrigado pela vinda de vocês aqui.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Lebrão.

Com a palavra agora, pelo período de três minutos, meu amigo do Cone Sul, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhor Secretário, primeiramente quero dizer que eu, particularmente, sou contra as supressões, novas supressões daquelas que não estão dentro daquilo que é permitido por lei. Então, quero já deixar isso claro, que eu sou contra. Portanto, também, eu sou muito contra nós pegarmos áreas, como foi dito aqui por alguns colegas, que foram formadas há muitos anos, áreas consolidadas e que, infelizmente, estão sendo realmente multadas de uma forma desnecessária. Desnecessária, por quê? Nós sabemos que hoje, quando há um embargo de uma área, essa pessoa fica totalmente inviabilizada no seu negócio. Não consegue mais crédito, não consegue mais vender o seu produto e afins.

Então, nós temos que ter uma responsabilidade. Por que? Porque é muito fácil pegar uma megaoperação dessa como estão fazendo - desnecessária, desnecessária -, ir para campo e, acima de tudo, ao chegarem às pessoas, elas não

sabem nem o que falam. Não sabem nem o que fazem. Por quê? Porque não tem como você pegar uma pessoa da área rural, uma pessoa de pouco conhecimento, como é que ele vai explicar? E muitas vezes, numa propriedade que ela comprou há pouco tempo, que ela não sabe nem do histórico dessa propriedade.

Então, a primeira coisa que eu acho que o governo deveria fazer era pegar tudo isso que estão usando de recurso, de diária, de tudo, e colocar essas pessoas numa força-tarefa para resolver os problemas que já existem dentro da Sedam, porque muitas vezes você protocola um documento e vão meses, meses e anos, e não sai ali uma deliberação do que pode ou não pode o agricultor fazer. Eu andei, há poucos dias, de Guajará-mirim a Pimenteiras. Passei em várias rodovias estaduais, várias rodovias federais. Todas elas, na grande maioria, têm queimadas na área de domínio da União e do Estado. E nem a União e nem o Estado cuidam daquilo que é pouco, que é a marginal de uma rodovia. E muitas das propriedades rurais que sofreram queimadas, foi exatamente porque entrou fogo dessas áreas de domínio do Estado e da União, que são as marginais das rodovias e adentrou nas propriedades rurais. E aí, muitas vezes, multam o produtor, penalizam o produtor, sendo que o que provocou essa situação foi exatamente o Estado ou a União. Então, tem coisa que não dá para entender.

Eu fico, eu queria perguntar para o senhor o seguinte: por que até hoje não foi enviado o zoneamento para a Assembleia Legislativa? Porque muitos agricultores, que eu ando no Estado, estão falando que a Assembleia não vota o zoneamento, não sabe o porquê. E eu sempre afirmo: o zoneamento ainda não aportou na Assembleia Legislativa. Por que é que o governo ainda não encaminhou o zoneamento até hoje?

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Dr. Matheus e Hueriqui, eu gostaria que os senhores se manifestassem.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Matheus, com o tempo de três minutos para as suas considerações.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Muito brevemente, Deputado Luizinho. Na verdade, o zoneamento foi aprovado pela comissão técnica e pela Comissão Estadual de Zoneamento e foi encaminhado à Casa Civil. Só que posteriormente a esta aprovação foi encaminhado para esta Casa o projeto que redefine os limites de Jaci-Paraná. Então, eu acredito que a Casa Civil deve estar aguardando a votação deste projeto de Jaci-Paraná para poder encaminhar o zoneamento. Esse projeto de Jaci-Paraná tem impacto direto no zoneamento porque se os limites de Jaci-Paraná forem redefinidos, vai ser necessário fazer uma atualização dos mapas de zoneamento para o zoneamento não chegar desatualizado aqui até esta Casa, não é? Chegar nesta Casa já desatualizado, não é? Lembrando que o último zoneamento é do ano 2000. Então, já se vão 20 anos de lá para cá. Então, não faria sentido o Estado encaminhar um zoneamento para esta Casa, já desatualizado, com os mapas das unidades de conservação.

Então, eu acredito, particularmente, que uma vez votado esse projeto relativo à Jaci-Paraná, ou então se Assembleia Legislativa decidir que não tem mais interesse, eu acredito que não vai ter nenhuma dificuldade da Casa Civil encaminhar esse projeto. Claro, quem poderia falar melhor sobre isso é o próprio Secretário da Casa Civil, não

é? Mas, como o Deputado Chiquinho muito bem lembrou, houve uma reunião recentemente e ficou definido justamente isso, que uma vez votado o projeto Jaci-Paraná, a Casa Civil encaminharia o projeto de zoneamento já atualizado. Então acredito que a dificuldade é apenas técnica mesmo, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Final de 2019 nós tivemos uma reunião no Complexo Rio Madeira, onde participaram diversos setores do governo, a Assembleia Legislativa, demais setores, e ficou debatido que era uma reunião terminativa para que a partir daquele momento se fizesse a adequação jurídica, legal, pela Sedam, encaminhava para a Ditel, que seria o setor que encaminharia através da Casa Civil para Assembleia Legislativa. Em nenhum momento foi debatida a votação da Reserva Jaci-Paraná. Após essa reunião que nasceu essa ideia da Jaci-Paraná. Hoje nós temos uma Recomendação do Ministério Público, na Assembleia Legislativa, recomendando que não se vote isso, porque foi criada essa questão da Reserva depois da reunião terminativa, e que não foi abordado esse tema, e porque esse projeto que o governo enviou há tanto tempo da Reserva para a Casa, que é público e notório e noticiado pela própria Casa, o governo sabe que há uma Recomendação. Porque o governo não buscou consenso junto ao órgão competente, no caso o Ministério Público, uma ação que é promovida pelo próprio Poder Executivo de encaminhar para a Casa? Porque nós sabemos, a Assembleia pode votar. Tem uma Recomendação, não é proibição, é Recomendação, mas que amanhã ou depois o Ministério Público pode contestar, judicializar e aí nós vamos nos arrastar mais quantos anos até que se saia uma decisão judicial disso? Por que aconteceu do envio dessa questão da Reserva

após nós definirmos nessa reunião terminativa de que seria enviado conforme foi trabalhada a questão do zoneamento?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Senhor Matheus, o senhor quer contribuir ou eu posso passar para o próximo orador?

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Muito rapidamente, deputado, vou ser bem franco com o senhor. Eu confesso que eu não sei porque motivo a coisa aconteceu nessa ordem de fatores. Então, como técnico, como Procurador do Estado, nós apenas recebemos encaminhamento dessa demanda pela Casa Civil, pelo Gabinete da Procuradoria, e fizemos o nosso trabalho, a nossa parte técnica, que é minutar projeto de lei e emitir os pareceres. As questões relativas à conveniência e oportunidade, o melhor momento para se encaminhar, o mérito da questão, a gente não entra nesses aspectos. Quem tem que avaliar isso é o próprio Governador e esta Casa.

Então assim, o trabalho técnico está feito e talvez seja o caso de uma reunião entre a Assembleia Legislativa, a Casa Civil e a Governadoria para deliberar qual é o melhor momento para encaminhar todos os projetos. Mas eles já estão prontos, a parte técnica já está pronta.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Certo. Só quero registrar que me causa bastante estranheza essa proposta apresentada pelo Executivo. Porque hoje nós já estamos caminhando para o final de 2020 e a proposta que nós tínhamos é que o zoneamento seria encaminhado ainda no ano de 2019, até o final de 2019. Inclusive a Assembleia Legislativa fez o

compromisso que qualquer dia do ano de 2019, independentemente de ser virada do ano, Natal, véspera de Natal, nós estaríamos aqui com os deputados, comprometidos a tramitar nas Comissões e votar esse zoneamento.

É triste quando a gente vê as pessoas na ânsia de tentar resolver um problema, que hoje é um problema ambiental criado no Estado inteiro, e que infelizmente nós dependemos do governo e o governo não envia esse zoneamento. Então, eu quero deixar bem claro que não tem, não teve e não tem data marcada para o envio do zoneamento para Assembleia Legislativa. Então, a Assembleia não pode carregar essa culpa.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Deputado, Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Outra questão, uma última pergunta, Senhor Presidente. Senhor Secretário, eu já estou há um bom tempo aqui na Assembleia Legislativa e eu sou um deputado bem ativo, um deputado atuante. Eu vou a praticamente todos os setores do governo. E um setor, uma Secretaria que eu muito pouco vou - eu acho que nesse mandato agora, se eu fui, acho que foi uma vez lá. Porque realmente eu tenho medo de andar na Sedam. Porque a fama da Sedam, a fama da Sedam - e isso eu falei para o próprio Governador Marcos Rocha lá no início do governo dele, quando a gente teve algumas oportunidades de conversar com ele, que hoje o acesso está meio restringido. Eu, inclusive, fiquei nove meses sem conseguir falar com ele. Mas eu falava que tem uma fama da Sedam, e que muitas pessoas já me relataram isso, é que lá tem um negócio de "gaveta". E gaveta é o seguinte: diz que engaveta, oferece

dificuldade para vender facilidade. O senhor assumiu há 3 meses a Sedam. O senhor tem vontade ou a sua equipe já lhe apresentou algum projeto, e o senhor acha que o governo tem esse compromisso de informatizar a Sedam, tanto quanto as outras pastas? Porque, qualquer produtor rural hoje, se depender do Idaron, se depender da Sefin, ele consegue fazer tudo via rede. E por que na Sedam é diferente? O que o senhor fala sobre isso, Secretário?

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Nobre Deputado, nós estamos trabalhando junto com a Setic (Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação) para fazer o nosso licenciamento ambiental digital. A previsão é, em torno, de março, abril ele já estar disponível. Todos os projetos serão digitalizados. Exemplo, o senhor, um técnico lá em Vilhena vai poder montar o projeto dele, no sistema *on-line*, enquanto, se ele protocolar lá, do jeito que é hoje, até formalizar o processo, vai demorar 3 a 4 semanas. Então, na hora que ele *startar* lá com o nosso licenciamento, praticamente, no mesmo dia, já vai ser encaminhado para algum técnico analisar e já vai entrar numa lista *on-line* também, entendeu? Isso, nós estamos já *startando*. Esse ano já sai a licença prévia, a licença de instalação. E no ano que vem, o módulo licença de operação. Nós estamos trabalhando nisso. Estamos fazendo várias reuniões com a Setic, acompanhando, atualizando as informações do sistema, porque é um programa e demanda muita informação. Nós estamos trabalhando nisso, sim. Contemporizando o senhor, quando o senhor tiver uma oportunidade, eu gostaria de convidá-lo para ir na Sedam para conhecer, justamente, esse trabalho que nós estamos desenvolvendo lá.

E outra coisa, com relação a essa questão de engavetamento, eu desconheço isso lá. E eu sou uma pessoa que cobra celeridade. O próprio Padovani, nós conversamos muito. Eu sempre falo: "Padovani, se você tiver alguma demanda, você me encaminha aqui. Vamos fazer um mutirão, vamos atender esse município aquele, o pequeno, o médio, o grande também.". Hoje, nós recebemos lá, por exemplo, um empresário que foi investir... o Deputado Cirone levou um empresário que vai investir em Cacoal, uma grande empresa lá, que vai gerar mais de 300 empregos. E nós vamos dar total apoio. Ele levou os técnicos dele, nós colocamos os nossos técnicos, diante dessa conversa mudou até o andamento do projeto deles. Vai ficar mais fácil. Já saiu a licença, por exemplo, prévia, vai sair a licença de instalação.

Qualquer demanda que os senhores necessitarem, vocês podem me cobrar oficialmente, informalmente. Eu estarei lá à disposição de todos vocês.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O senhor falou das operações no Vale do Guaporé, 429. Mas nós temos operações no Estado inteiro. Nós temos operações, além das áreas, das propriedades rurais, até estranho que o Padovani tem conhecimento. Hoje, por exemplo, eu estive lá na Secretaria levando uma demanda. Têm produtores de peixe, Deputado Follador, que tem consolidado a produção de peixe 15, 20 anos, sempre saiu licença, foi financiar, adquirir financiamento em Banco, e agora estão indo lá, multando. Então, essa situação está destoadada. Porque a demanda que está aparecendo hoje, pelo menos que eu tenho conhecimento, para o Padovani é outra. Crítica total dos agricultores no Estado inteiro, principalmente, nessa questão da piscicultura.

E só para encerrar, desculpe Presidente, mas é que é muita coisa. Isso aqui é a voz do povo. O senhor falou da questão da operação na 429, no Vale do Guaporé. Só que as madeireiras lá da nossa região, principalmente, do Cone Sul, o que fizeram lá foi uma vergonha. Foi uma vergonha. Empresas que estão lá há 30, 40 anos, entraram, fecharam madeireiras 20 dias e a Sedam não dava resposta se poderia abrir ou não. Inclusive, quando chegaram lá, os "bam-bam-bam", "todo poderoso", porque daí é fácil com escopeta na mão, com fuzil, com helicóptero, muita gente, que é desnecessário. É desnecessário isso. E o que começaram a fazer nas primeiras madeireiras, Deputados Eyder Brasil e Edson Martins? Começaram a medir a madeira, gente que não tem conhecimento, que eu sou filho de madeireiro... Nós chegamos em Rondônia a 40 anos atrás e eu já medi muita madeira. Quando o proprietário, o vendedor vendia a madeira, o comprador da madeira, que era o nosso comprador e a nossa conferência no pátio, que nós tínhamos quando recebíamos o produto, nunca bateu medida nenhuma. Nunca bateu, porque cada um vê de uma forma. Até na posição que você tira madeira, isso você tem um estoque de quatro, cinco mil cúbicos de madeira, não tem como bater. Aí você não tem como controlar um pátio, até porque não tem sistema nenhum que consegue fazer isso. E foram lá, chegaram em madeireira, começaram... Prendiam madeira, mediam do jeito que eles queriam, gente que nem conhece medida de madeira, muitos foram assim. Prenderam as madeiras, foram levando as madeiras embora, até que algumas empresas começaram a ver que aquilo lá estava errado. E começaram a entrar judicialmente e a Justiça determinou que não se retirasse madeira do pátio, que eles ficariam como fiéis depositários.

Então assim, é um monte de atrocidade que está acontecendo. O Deputado Lebrão falou muito bem aqui. Eu nunca vi isso em Rondônia. Eu já vi muita loucura, mas eu

nunca vi um Vice-Presidente da República, Deputado Lebrão, num momento de pandemia, que o povo está morrendo no Amazonas, que o povo está morrendo aqui em Rondônia, que não tem atendimento na Saúde, que está uma porcaria, e aí o Vice-Presidente vem duas vezes aqui para a nossa região e vem ajudar a trazer um exército daquele para prejudicar quem está produzindo, sendo que as pessoas estão morrendo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, Secretário, para concluir. Não é só nas propriedades rurais, é nas empresas, nas madeireiras, infelizmente. Vocês têm que se atentar, que talvez o senhor não tenha o conhecimento, e eu nem acredito que o Governador Marcos Rocha seja conivente com toda essa atrocidade.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Gostaria que meu coordenador de fiscalização...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Só um instante, Secretário Marcílio. Vou dar 1 minuto para o técnico Trindade, porque tem muitos outros oradores inscritos ainda que gostariam de contribuir nesta Sessão, e principalmente dar celeridade à tarde.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, eu queria fazer uma pergunta para o Dr. Matheus. Por exemplo, nós recebemos...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Só um instante, Deputado Ezequiel. Eu vou inscrever o senhor, para dar sequência para quem está inscrito. Obrigado.

O SR. MARCOS TRINDADE - Deputado Goebel, só para contextualizar os senhores, eu queria informar que todas as operações da Sedam são realizadas através de uma demanda vinda da Operação Verde Brasil 2. Em que pese nós estarmos inseridos na GLO, no Decreto de Garantia da Lei e da Ordem, nós somos sempre convocados, ou por órgãos de controle ou órgãos de fiscalização mesmo.

Então, o Estado recebeu, através de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), recursos oriundos do Governo Federal exclusivamente para combater o desmatamento. Então, quando falamos em desmatamento, em prevenção, estamos falando também na prevenção às queimadas. Por que qual o combustível para as queimadas? Em tese, é a floresta que estava em pé e já não existe mais. Então, esse é o combustível principal das queimadas.

Então, só para contextualizar, em todas as operações que foram realizadas pela Sedam, em nenhum momento foi por iniciativa própria. Sempre fomos convocados, sempre fomos requisitados, ou pelo Ministério Público Federal ou pela própria Polícia Federal, nas demandas que são oriundas dele. O Exército Brasileiro, hoje mesmo nós tivemos uma reunião com o Exército Brasileiro, o qual disponibilizou mais uma aeronave. Então, mediante esses recursos que somos obrigados a investir, digamos assim, nesse combate ao desmatamento, é onde somos empregados em campo.

Além do mais, Deputado Eyder...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Trindade.

O SR. MARCOS TRINDADE - Além do mais, temos aí uma decisão monocrática do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o qual determina que o Estado execute um plano de combate e controle às queimadas. Imaginem os senhores, nesta época de pandemia, Deputado Lebrão aí, o qual esteve lá na região do Vale do Guaporé, o senhor viu a quantidade de queimadas que se encontrava ali. E eu vou lhe falar uma coisa: eu tenho certeza que não são produtores rurais, não são pessoas comprometidas com a economia do Estado, não. São pessoas que realizaram um desmatamento não autorizado este ano. Infelizmente é a cultura. É muito cara a máquina agrícola para poder fazer ali uma composição daquela área.

Então, até agora mesmo, eu estava comentando sobre o quê? Conclamo aos senhores que já estão empenhados, parabenizar que já estão empenhados em destinar recursos ao Estado, se não me engano, R\$ 10 milhões para o combate à Covid, enfim. Só que precisamos de mais. Precisamos que aqueles agricultores que estão empenhados com o Estado também, que eles procurem não deixar que isso aconteça. Porque os recursos que hoje utilizamos nas fiscalizações, porque as imagens de satélite apontam um índice alarmante, esses recursos poderiam ser utilizados para mecanização agrícola, poderiam ser utilizados para comprar sementes, para ajudar o homem do campo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Trindade.

O SR. MARCOS TRINDADE - Então, só para contextualizar os senhores, o porquê dessas operações.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - A resposta é sobre a minha pergunta. Eu só quero dizer o seguinte, Trindade: o senhor falou que vocês estão fazendo isso por determinação do Exército e do MPF. Eu quero dizer que vocês são servidores do Estado e vocês têm a obrigação de fazer aguarda do cidadão rondoniense, independente se é Exército, se é MPF. Por quê? Porque eu já vi no passado, quando eles vieram fazer uma operação aqui, na época do Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, e o Ivo Cassol era Governador. O Ivo Cassol falou "tudo bem, vocês vão, só que a nossa Polícia vai estar junto para fiscalizar o que eles estão fazendo.". Porque vem gente de fora aqui para tripudiar o cidadão rondoniense é muito fácil. Então, vocês têm a obrigação de, no mínimo, fazer com que a coisa seja justa e eu não estou vendo que isso está acontecendo. Vocês estão pegando e indo na onda: Ah, vamos pôr para cima. Vamos arminha, arminha? Vamos arminha. E vocês estão indo na onda. Então, vocês têm a obrigação de proteger o Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente)- Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

Com a palavra agora, por três minutos, o Deputado Adelino Follador.

O SR. LAERTE GOMES - Quem está inscrito ainda, Excelência, Presidente?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Depois do Deputado Adelino, Deputado Chiquinho, Deputado Crispin, Deputado Deiró e Deputado Ezequiel.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu acho que pela ordem eu estou primeiro, Presidente. Dá uma olhada aí. Pela ordem de inscrição.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Pela ordem de inscrição.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pela ordem de inscrição: Deputado Adelino, Deputado Chiquinho, Deputado Crispin, Deputado Cirone e Deputado Ezequiel.

O SR. LAERTE GOMES - Depois bota eu aí, na frente do Cirone.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - O Deputado Follador está na frente?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Posso inverter, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pode inverter.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Com a palavra agora, o Deputado Chiquinho da Emater, pelo prazo de três minutos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Senhor Secretário, Senhor Presidente. É uma alegria recebê-lo aqui, Marcílio, aqui na nossa Casa. Já estive na Sedam várias vezes atrás de algumas situações do povo, não para mim, do povo. Eu acho, Marcílio, que a Sedam tem que criar um plano de desenvolvimento de cuidar das Reservas estaduais, de cuidar das Reservas federais, das terras indígenas, porque muitas vezes a Polícia Ambiental vai atrás do produtor rural. Em vez de estar cuidando destas Reservas, a Polícia Ambiental do Estado tinha que cuidar é disso. Fazer um plano, Marcílio, você que veio da parte privada sabe muito bem disso. Criar um plano para gente cuidar das nossas Reservas, porque do jeito que está, só está enxugando gelo. Entendeu? Não está se fazendo praticamente nada. E não é só de agora não, é de muito tempo. Nós precisamos fazer um plano de ação. Separar o departamento que vai cuidar destas Reservas. Mas eu queria perguntar outra situação. Quem está indo nessas operações é servidor de CDS ou de carreira? Porque eu tenho a informação que hoje os de carreira estão todos encostados e só estão indo os CDS para estas operações. Não sei se isso é verdade.

Já aproveitando a questão aí dos servidores, Marcílio. Os servidores da Sedam, os de carreira, você sabe da situação financeira deles, a miséria que eles ganham de muitos e muitos anos. Eu não quero nem que você responda isso, mas vamos fazer um Plano de Cargos e Salários desse pessoal da Sedam, que merece já há muito tempo. Eles não podem estar dando liberação aí de milhões e milhões, ganhando R\$1.200,00. Eu acho que isso é uma injustiça.

A questão do zoneamento, vários colegas já falaram. Nós precisamos resolver a questão dessa Resex para poder vir o zoneamento o mais rápido possível aqui para Assembleia. Vamos falar com a Casa Civil que pode caminhar paralelamente. Acho que não há problema.

O senhor sabe, eu não sei se o senhor já sabe, que houve uma mudança aqui na divisa do Estado do Amazonas com o Estado de Rondônia. Foi feito um trabalho muito bom junto ao IBGE e mudou várias regiões desse setor aqui do outro lado da ponte. Se o senhor não sabe ainda, peça para o Incra o novo mapa da divisa de Rondônia com Amazonas, porque tem vários produtores que querem fazer o CAR e estão sendo prejudicados porque ainda a Sedam está com o mapa antigo. Tem várias áreas embargadas no Estado de Rondônia, várias, em todo o Estado. Muitos produtores fizeram o CAR, fizeram o Prada (Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas), certo? E fica nesse jogo entre Sedam e Ibama. Quem vai desembargar: é a Sedam ou é o Ibama? E como é que vão fazer isso? A outra pergunta - e o Deputado Luizinho colocou muito bem -, o fogo, Trindade, muitas vezes, aí não é pelo produtor rural não, essa BR aí, essa BR aí Federal quem vai de Pimenta, Deputado Luizinho, à Vilhena está vendo toda a BR queimada e não foi produtor rural não. Foi o DNIT, por que não cuida das suas áreas. E muitas áreas estaduais também, muitas rodovias. Aí fica culpando o produtor rural. Aquele fogo entra nas propriedades e o produtor rural é culpado por isso. Quem vai aqui de Candeias a Ariquemes é do mesmo jeito, e por aí vai. Então, o senhor poderia avisar o Vice-Presidente da República que ele pedisse ao DNIT para cuidar dessas áreas. Está na hora.

Então, seriam mais essas questões que eu tinha que falar e dizer o seguinte, Secretário: a Sedam tem que

descentralizar as ações. As ações da Sedam não podem se concentrar aqui em Porto Velho não, pelo menos as pequenas coisas. Nós podíamos fazer uma Sedam forte em Vilhena, forte em Colorado, forte em Ji-Paraná, que pudesse atender milhares de coisas ali da Sedam, porque se vir para cá vai continuar do mesmo jeito. O senhor sabe que esse órgão que está cuidando aí da descentralização, da informática, quantos anos faz que está cuidando disso e nunca sai? Não é deste governo não, é do governo anterior também. Nunca sai do papel e não vai sair não. O CAR, quem tem o domínio é uma empresa de Minas Gerais e muitas vezes o produtor vem para fazer isso e não consegue. Muitas vezes, a maioria das vezes esse sistema não se consegue acessar. Isso está prejudicando o Estado de Rondônia.

Então, não é culpa sua, eu quero deixar bem claro e nem dos funcionários da Sedam, mas a gente precisa resolver essas questões. E a questão da piscicultura é uma questão que temos que resolver o mais rápido possível, porque está uma vergonha para nós todos. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Chiquinho. Com o tempo de três minutos para responder, Secretário Marcílio.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Com relação à piscicultura, eu acredito que no máximo em duas semanas nós já estaremos apresentando o projeto para simplificação da piscicultura. São milhares de projetos que vão ter o licenciamento simplificado. Já vão sair imediatamente a licença prévia, a licença de instalação, LO (Licença de Operação) de uma vez só.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Mas o que o Deputado Luizinho colocou, tem muitas licenças que foram já dadas pela própria Sedam e agora eles embargando dizendo que está em área de preservação, entendeu? O senhor sabe disso. Então, nós temos que cuidar bem disso.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Eu anotei aqui isso, nós vamos rever lá com o setor competente.

Com relação ao acesso ao CAR, eu entendo muito bem o que o senhor está dizendo aí. Nós vamos também, inclusive nós fizemos uma reunião, veio uma das pessoas que trabalha em Lavras, a empresa que lida com o CAR, e nós nos reunimos e questionamos o mesmo questionamento que o senhor tem aí e outros mais para tornar mais acessível o CAR, mais desburocratizado, entendeu? Isso também nós estamos trabalhando para que isso seja feito.

Com relação à questão dos servidores de carreira, nós, como eu já conversei com o senhor na Sedam, eu acredito que não este ano, mas no ano que vem nós vamos votar sim, no primeiro semestre, o Plano de Cargos e Salários. Alguma coisa vai ser mudada, sim. Se o senhor tiver alguma indicação, alguma sugestão, o senhor pode nos encaminhar. Nós vamos fazer uma minirevisão.

Com relação à questão do mapa da divisa de Rondônia, para mim é uma novidade. Eu vou até ver com o nosso Laboratório de Geociência para ver essa atualização aí, porque eu estou desinformado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Pode procurar o Incra, já está com o mapa lá.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Com relação à questão dos embargos, eu gostaria que o Dr. Matheus se manifestasse sobre essa questão entre Ibama, Sedam.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - É um assunto bem técnico eu vou tentar ser bem sucinto. Tanto o Ibama quanto a Sedam tem atribuição para lavrar auto de infração e para embargar. Só que quem regulariza tudo é o órgão ambiental estadual. Então, mesmo os embargos realizados pelo Ibama ou mesmo pelo ICMBio são encaminhados para o órgão ambiental estadual regularizar. O que acontece é que quando o proprietário possuidor busca o órgão estadual e regulariza a sua situação perante o órgão estadual, ao final é celebrado um Termo de Compromisso que no caso dos embargos efetuados pelo Ibama, é encaminhado para o Ibama.

Então, quando o embargo é efetuado pelo Ibama, o órgão ambiental estadual procede à regularização ambiental, faz todos os trâmites administrativos, mas encaminha para o Ibama desembargar. A partir daí cabe ao Ibama desembargar. Então, o que está havendo é que, às vezes, quando esse processo administrativo chega ao Ibama, o Ibama tem um entendimento diferente. Então, o que tem acontecido em alguns casos é isso, o Ibama discorda, vamos dizer assim, daquela regularização ambiental.

O que a gente tem recomendado é que os proprietários possuidores rurais busquem o Ibama para entender o que está acontecendo lá, porque o processo administrativo já está encerrado no órgão ambiental estadual e para o órgão

ambiental estadual aquele imóvel já está regularizado. Alguns proprietários possuidores ingressaram com ações judiciais contra o Ibama, o Estado ingressou também nessas ações defendendo o Ato Administrativo Estadual, entendendo que estava correto, e nós temos algumas situações judicializadas que nós estamos aguardando o desfecho para tentar ter algum entendimento comum com o órgão ambiental federal.

Mas, em resumo, o que tem acontecido é isso, os proprietários possuidores procuram o órgão ambiental estadual, fazem toda a parte de regularização ambiental perante o órgão ambiental estadual, mas quando o embargo é do Ibama, cabe ao Ibama retirar esse embargo e não ao órgão ambiental estadual retirar o embargo que está no Ibama. Cabe ao Ibama efetuar esse desembargo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Dr. Matheus. Com a palavra por três minutos, Deputado Estadual Adelino Follador.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, eu queria comentar uma situação, porque isso é muito complicado. Marcílio, acho que você tem um Termo de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, a Sedam e o Governo do Estado. Então, o que o Dr. Matheus falou está certo, mas chega no Ibama, é feito o CAR (Cadastro Ambiental Rural), é feito o Prada (Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas), tudo certinho, e chega no Ibama, fica lá e eles não dão o parecer favorável. A terra continua embargada. Então, o que é que adiantou esse Termo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero agradecer ao Secretário e toda equipe que atendeu o pedido de vir aqui. De fato, nós estamos sendo muito pressionados porque teve aquela operação em Cujubim, muita gente multada e muitas pessoas que a gente entende que abusam. Lá em Alto Paraíso, também, eu estava lá, naquele dia, quando teve as operações, quando lacraram 6 madeireiras lá, mas parece, Secretário, que não precisa tanta gente. Aparece todo mundo armado. Eu estava lá numa serraria, chegaram lá umas 15 pessoas em seis, sete carros, aí todo mundo armado para um senhor que está falido. Chegam numa madeireira falida, vítima lá, do Mato Grosso, com 4 cargas de madeira, que foi tirada lá do Mato Grosso, que é uma máfia lá do Mato Grosso. Eles carregam, depois questionam a metragem e quando vai carregar nunca vai fechar, nós fomos atrás. E apreende a madeira, tem que entrar dinheiro para o advogado pilantra, lá, pilantra, tem juiz lá que dá a sentença, tudo certinho, e vai, e se você der propina, passa; se não passar, não vai. Ele foi vítima de 4 caras.

Aí a LO (Licença de Operação) venceu antes do prazo da pandemia agora, que seria o prazo estaria suspenso. Eu questionei com o chefe da operação, ele falou: "Não, mas venceu antes.". Mas o que eu, eu estava lá dentro do escritório de um amigo nosso e, quando chegaram para lacrar, eu falei: "Aqui, tá, vai cair o mundo aqui". Porque veio tanta gente armada, então, acho que constrange, é exagero. Então, eu acho que nós precisamos, se tiver, notifica a pessoa dá direito pra ela se... Mas eu acho que... E aí: "Não, aquela madeireira lá, está pagando a madeira mais cara porque vocês aqui compram mais barato e não sei o quê.".

Gente, eu acho que nós temos que, neste momento, momento de crise, desemprego... Ali em Alto Paraíso, caiu a ponte: 2 anos sem fazer a ponte. Os buracos, era para licitar, a licitação não deu certo, está tudo em buraco. Aí você pega lá, a fábrica de tijolo que tinha lá, o cara ficou ali, na frente ali, que eu acho que ele falou com o senhor, ficou um tempo ali, na cadeira de rodas, quando o Dr. Matheus atendeu lá, que eu fui junto lá, e aí o Jorjão ficou lá não sei quanto tempo e fechou. Está fechado lá. Acho que até agora não resolveram a situação dele. E estava funcionando, mas não foi renovada a concessão dele. Então fecha mais vinte e poucos empregos.

Então, é tanta coisa. A B-40 não passa mais porque não aguenta o trânsito. Então, aí, começa a multar todo mundo na linha e bota o pessoal lá na... Pede um favor do padre ainda, para ceder a instalação do salão paroquial lá, aí todo mundo ficou com raiva do padre porque chega lá, começa a multar todo mundo e o padre é que trouxe o pessoal para multar aqui.

Aí criou um pânico na cidade. Aí o candidato lá, que é ligado ao padre: "Opa, olha aqui o que ele está trazendo de bom para Alto Paraíso!". Então, aí fica um clima... Eu acho que neste momento em que o País passa por recessão, o Estado todo passa, nós não precisamos ficar procurando problema. Eu falei para o pessoal da operação: "Gente, não tem 100%, ninguém é legal. Ninguém. Se você chegar numa propriedade mais bonita, mais estruturada que tiver, na área rural aí, o fiscal vai lá e vai achar muita irregularidade. Então, vamos resolver, vamos deixar, vamos focar naquilo que a gente possa deixar a pessoa produzir, trabalhar, ajudar."

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu passei aqui, hoje estive comigo aqui, mas se soubesse que o senhor estava aqui, eles já saíram, e essa ação civil pública é da Unidade de Conservação da Natureza. Foram lá, humilharam, deram 10 dias para tirar tudo o que eles tinham lá. A madeira da casa que eles construíram, "não, é produto de crime, então só tira as telhas. Não pode tirar nada daqui de dentro.". Aí deu 10 dias. Eles estão com uma ação civil pública ali, para despejar aquele pessoal. E eu mostrei agora para o senhor todos os marcos do Incra. Esse pessoal que está assentado tem título definitivo. Aí, a Reserva, eles trouxeram inclusive, está aqui toda a documentação da Reserva, foi feita a Reserva, mas esse pedaço, ficou dentro da Reserva, ela estava assentada pelo Incra. Tem os marcos aí, eu já passei para o senhor agora. Eu gostaria que o senhor examinasse com carinho isso aí, porque a PGE do Estado, eu acho que questionou o Ministério Público e o Ministério Público mandou retirar o pessoal. Eles pediram, eu acho que deram mais 10 dias porque tem uma liminar para tirar todo mundo lá. Mas, gente, aquele pessoal foi assentado pelo Incra, igual àquela área lá perto de Cacaúlândia, na Linha C-10 e 5 perto da área indígena, lá. O Incra titulou e aí chega a Funai e fala: "Não, é nosso!" E aí fica brigando o Estado e aí eles estão lá há 20 anos, naquela briga de quem..., os caras... Então tem que indenizar. Se o Incra errou, o Estado errou, tem que indenizar. E ali estão os marcos todos que foram assentados pelo Incra e poucos dias atrás, acho que uns dois meses atrás, tem pessoas que pediram o CAR, fez o GEO e foi liberado lá pelo Incra. Então, no Incra não consta Reserva

lá, porque senão não liberaria o GEO lá. E foi homologado o GEO agora, recentemente.

Então, eu gostaria que o senhor visse o que pode ser feito, porque eles pediram até para falar com o Governador, eu falei que ia levar para o senhor. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Adelino Follador. Com a palavra, por três minutos, o meu amigo Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente Deputado Eyder Brasil, cumprimentar o Secretário Marcílio, nosso Secretário de Desenvolvimento Ambiental no Estado de Rondônia. Dizer primeiro, numa manifestação de pensamento minha, que avaliando essas questões ambientais, para mim Rondônia tem mais problemas de regularização fundiária, que eu acho que é o nosso grande problema. O grande gargalo não é nem a questão ambiental; é, de fato, a questão da regularização fundiária. Se houver um cuidado por parte do governo em tratar essas questões de regularização fundiária, nós vamos resolver um grande percentual dos problemas que temos em relação ao meio ambiente. Mas como o tema que nós estamos tratando aqui foi um tema suscitado por todo Estado de Rondônia - eu também sou da região da 429, talvez alguns dos senhores não saibam, da cidade de São Miguel do Guaporé, uma das regiões mais afetadas neste momento.

E eu tenho três perguntas a fazer aqui. Vou ser muito prático nas perguntas que vou fazer.

Primeiro, a pergunta é: se as operações que são realizadas pela Sedam são todas elas acompanhadas pelo BPA

ou por alguma outra força de segurança, mas em especial pelo BPA.

Ponto alto da nossa discussão aqui são os excessos aplicados por essas forças. E essa é a grande reclamação que nós recebemos, por isso muito *whatsapp*, muita ligação nesses últimos dias. E aí a minha pergunta: se os servidores da Sedam que acompanham, que estão presentes nessas operações já fizeram algum registro desses excessos por parte das forças de segurança. Ou se essa informação que chega para mim, enquanto deputado, para os colegas que nós ouvimos aqui - e quando falo do excesso, foi citado aqui por alguns dos colegas, é esse tratamento forçoso: "Cadê o marido?", "Não está em casa.", "Ah, para onde foi?", "Está para tal lugar.", "Nós só vamos embora quando ele chegar. A senhora vai fazer almoço aí para nós." Qual é a obrigação dessa mulher, lá no campo, na fazenda ou na pequena propriedade de tratar de servidor público que está em exercício da função? Nenhuma. Então de novo, é encontrada uma criança lá, tem um registro disso, de denúncia nesse sentido. Encontra a criança: cadê o pai ou a mãe? Não está. Forçar a criança a dizer para onde foram o pai e a mãe. De repente, o caboclo até fugiu. Essa é a grande realidade. Agora, nós não podemos ter um menor de idade sendo insultado por uma autoridade policial. Então a minha pergunta é se esses servidores da Sedam que acompanham a força de segurança já fizeram algum registro disso e apontaram a Vossa Senhoria, enquanto Secretário de Meio Ambiente do Estado, enquanto Secretário da Sedam. Se alguma providência nesse sentido foi tomada.

E a terceira e última pergunta: nós falamos aqui, registramos - eu, Presidente Laerte, Deputado Lebrão -, nós citamos isso: há algumas autuações que o valor muito excede o valor da propriedade, que nós - eu sou leigo nisso -, não

consigo entender. Aonde que o Estado quer chegar com isso? Quando a propriedade vale 30, a autuação é 70. O que busca o Estado quando ele faz esse tipo de autuação?

E aí as duas últimas perguntas eu fico a me perguntar: se não houver nenhum registro, está mentindo tudo esse povo que está mandando mensagem para a gente? E se a autuação não vale mais que a propriedade, também está mentindo esse povo? São as minhas perguntas.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Com a palavra, já orientada aqui pelo Secretário da Sedam, o técnico Trindade vai responder, por três minutos.

O SR. MARCOS TRINDADE - Deputado Ismael Crispin, eu vou aqui... O BPA, deixar bem claro que ele não participa de todas operações que a Sedam realiza. É comum que o BPA realize operações também sozinho, isoladas, e que alguma conduta de algum policial, a Sedam, hierarquicamente não tem ascendência sobre o BPA. Então o Batalhão de Polícia Ambiental é subordinado ao Comandante Geral da Polícia Militar. Só para deixar bem claro sobre essas atividades, sobre essas fiscalizações conjuntas.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não, não. Mas eu não quero saber da ascendência, porque aqui está a seguinte questão: eu tenho uma figura pública, um servidor público. Eu vejo outro servidor público cometendo um excesso; eu não faço nada? Eu fico caladinho? Eu aceito isso? Essa é a pergunta.

O SR. MARCOS TRINDADE - Jamais, Excelência. Todos os nossos servidores são muito bem orientados para que qualquer conduta, inclusive sob pena de responsabilização, em visualizando ou presenciando algum tipo de abuso, que reportem imediatamente a sua chefia.

Então, por parte dos servidores da Sedam, uma, que não concordamos, já deixei aqui claro anteriormente, e em nenhum momento servidores da Sedam serão poupados ou sobre condutas que venham a ser incompatíveis com a de um servidor público ou por corrupção, enfim. Hoje, a Sedam conta com total transparência em relação a isso aí. São orientados dessa forma, Excelência.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Ismael Crispin, respondido?

O SR. ISMAEL CRISPIN - A terceira pergunta, não.

O SR. MARCOS TRINDADE - Fica com o Dr. Matheus.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Sobre o valor das multas, não é? Realmente, é comum em muitos casos, o valor da multa exceder o próprio valor do imóvel. Hoje, o que nós temos é o Decreto Federal 6.514/2008 que traz de forma tabelada o valor de cada multa. Então, o que os fiscais fazem é apenas uma operação matemática. Por exemplo, desmatar área de reserva legal, esse Decreto prevê que a multa é R\$ 5 mil por hectare ou fração. Desmatar área de preservação permanente, a multa é R\$ 6 mil por hectare ou fração. Então, quando o fiscal se depara com uma área de reserva legal ou área de preservação permanente desmatada,

ele apenas faz uma operação matemática. Apura a extensão da área desmatada e multiplica por R\$ 5 mil ou R\$ 6 mil, conforme o caso. Quando há uma divergência sobre a extensão da área desmatada, o que é bastante comum, nós encaminhamos à Coordenadoria de Geociências da Sedam e, através de imagens de satélite, é apurada a extensão do dano para corrigir eventual excesso.

Mas, em resumo, hoje, as multas são tabeladas, os fiscais fazem apenas uma operação matemática para apurar o valor da extensão do dano, e assim, chegar ao valor da multa. E esse tabelamento é previsto num Decreto Federal, que o Estado apenas aplica, que é o Decreto 6.514/2008.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Dr. Matheus. Com a palavra agora, pelo prazo de três minutos, o Deputado Estadual Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Presidente Eyder Brasil; quero aqui cumprimentar o senhor Marcílio e em seu nome todos os técnicos da Sedam aqui presentes. Quero, primeiramente, agradecer pelo pronto atendimento aos empresários do Rio Grande do Sul que estiveram aqui, hoje, em Porto Velho, em reunião com o Governador Coronel Marcos Rocha, com o nosso Secretário, com os técnicos, deliberando sobre a licença para instalar uma empresa em Cacoal, aproximadamente 400 empregos indiretos. Um investimento de mais de R\$ 80 milhões. Então, agradecer ao Governador por essa sensibilidade e saber da nossa necessidade da geração de emprego e renda no nosso Estado. E a Sedam está fazendo a parte dela, juntamente com os técnicos.

Mas eu gostaria de ressaltar junto ao senhor Marcílio, que ele não respondesse quantos por cento das propriedades do Estado de Rondônia estão sendo fiscalizadas ou autuadas pela Sedam. Seria a pergunta número um.

Dois, nós temos muitos questionamentos, senhor Marcílio, em relação ao BPA. Nós, aqui, deputados, gostaríamos de entender, porque já teve várias operações que o BPA vai sozinho. Ele faz a fiscalização, ele faz a autuação, ele determina o valor da multa. Esses policiais estão preparados para isso? A função deles, eles têm os pré-requisitos para fazer essa autuação, fazer a fiscalização? Ou os policiais não teriam que somente dar a segurança aos fiscais, aos técnicos da Sedam para fazer esse tipo de trabalho? Porque, eu estou achando que há uma distorção. A força policial, em vez de estar fazendo a segurança dos técnicos, dos servidores da Sedam, eles estão indo lá e, às vezes, de uma maneira truculenta. Senhor Marcílio, eu já lhe falei isso, reporteii isso, fazendo autuações em propriedades.

Então, nós precisamos ver, realmente, o que é, qual é a função do BPA? O que o BPA faz. Que a gente vê que o BPA acaba manchando o trabalho da Sedam com essa truculência, com esse tipo de trabalho.

E falando em relação à Resex, em Jaci-Paraná, que o Dr. Matheus citou, eu também como Presidente da Comissão de Agricultura, juntamente com o Deputado Jean, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputados Lebrão, Luizinho, diversos deputados, participamos dessas conversações referentes à Resex. Nós até discordamos de alguma situação de permanecer ainda, parcialmente, a Resex, porque entendemos que toda ela está antropizada. Que deveria ter a extinção da Resex e o Estado ter outras áreas em compensação a isso, que também não é critério. Você

pode, primeiramente, fazer uma situação, e depois, você pode, em outra situação, instituir novas Reservas. São coisas separadas.

Então, eu só para concluir, Presidente. Lá nós temos um local que está antropizado, várias famílias morando, o Estado já esteve dentro da Reserva, a gente precisa, realmente, dar uma solução para aquilo, inclusive, social. E quando o Deputado Luizinho diz que tem uma Recomendação do Ministério Público, nós somos um Poder que vai fazer as coisas dentro da legalidade. Vai tramitar nesta Casa ordinariamente, nós vamos fazer um trabalho de Audiência Pública, nós vamos ouvir as pessoas que ali dentro estão, vamos ouvir as entidades não governamentais, vamos exigir que tenha um estudo em relação a essa antropização, tudo isso porque esta Casa vai ter muita responsabilidade. E se, ainda assim, o Ministério Público achar que tem fazer ADIN, é um direito deles de fazer, e aí fazer as comprovações necessárias.

Em relação ao zoneamento do Estado, também participo como Presidente da Comissão de Zoneamento. Vários Deputados aqui estiveram nesta Comissão. Fizemos a última *on-line*, remota, com a presença dos técnicos, de várias entidades organizadas, e realmente estamos aguardando a questão da Resex para se fazer o zoneamento de uma vez só, e sabemos da necessidade do zoneamento. Mas será necessário essa Resex ser desafetada, ser extinta ou parcialmente ou completamente, para que a gente faça um único zoneamento e dê oportunidade de o Estado continuar crescendo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir.

O SR. CIRONE DEIRÓ -E, por fim, em relação às queimadas: concordo aqui com os pares sobre a regularização fundiária. É de extrema necessidade que nós façamos a regularização, coloquemos essas terras no nome das pessoas, com CPF, que daí cada um vai ser responsável pelo seu espaço, não sendo terras que originalmente não têm dono, porque não têm documentação e aí pode se fazer aleatoriamente essas multas.

Para concluir, Presidente...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pela quinta vez, para concluir. Deputado Cirone Deiró, para concluir, por favor.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Para concluir, meu Presidente. Eu citei aqui hoje na Sessão, teve uma família que foi herdeira de uma terra aí dos "Soldados da Borracha", ali na região de Cujubim e aí, quando o pai - já falecido - ia inteirar 92 anos, um professor lá de Cacoal, que mora lá há mais de 20 anos, essa família herdou essa terra, nunca foi lá. Ele foi lá fazer uma homenagem dos 92 anos no dia do aniversário do pai. Retornando, tinha um comboio de fiscalização. Pararam esse cidadão, vistoriaram ele, puseram a mão para o alto, e tudo o mais, aí perguntaram: "de onde você está vindo?". "Eu estou vindo do lote 'X'.". "Ah, o lote 'X' lá, entraram e devastaram o lote. Toma aqui uma multa para você de R\$ 650 mil- crime ambiental". O cara é professor. Depois dessa data, 21 de agosto, não consegue mais dormir, não consegue mais ter condição de vida normal. É um servidor, já foi diretor da Escola Abaitará, é diretor de uma escola lá em Cacoal, servidor da Educação e está passando por esse constrangimento, porque um policial

resolveu multá-lo e colocar sobre as costas dele um crime ambiental, que ele não sabia nem onde é que era a terra do pai dele, lá que herdou aí do "Soldado da Borracha".

Então, a gente tem realmente que coibir esses excessos. E eu gostaria só de saber sobre o BPA, qual é a finalidade dele em relação à Sedam.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Passo a palavra para o Secretário Marcílio, que deve conceder resposta ao Dr. Matheus e ao técnico Trindade, mas que sejamos breves, até mesmo porque muitas perguntas já foram feitas durante a Sessão, para nós ganharmos o prazo, Trindade e Dr. Matheus.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Dr. Matheus.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Muito brevemente. Sim, o BPA tem atribuição para lavrar auto de infração, inclusive nós temos um Decreto que regulamenta quais são os parâmetros de atuação do BPA. Isso é pacífico. Agora, claro, o BPA não dá a palavra final. Então, qual é o procedimento? O BPA lavra o auto de infração, notifica o infrator do auto de infração. A partir dessa notificação, inicia o prazo para o autuado apresentar uma defesa a esse auto lavrado. Só que essa defesa é apresentada não ao BPA, é apresentada à Sedam. Então, os autos lavrados pelo BPA são encaminhados para a Sedam, que fazem a revisão final desses autos de infração e analisam a defesa administrativa apresentada pelos autuados.

Então, todos os autos de infração lavrados pelo BPA são encaminhados para análise e julgamento na Sedam. E, não

raramente, esses autos são revisados. Alguns são julgados insubsistentes, alguns têm as multas revisadas para baixo ou para cima, dependendo do caso. Às vezes, quando o enquadramento da conduta está equivocado, a Sedam reenquadra. Então, às vezes, a multa foi por desmatar área de reserva legal. Verifica-se que não foi reserva legal, que foi uma área fora da reserva legal. Então, é reenquadrado o auto de infração. É novamente calculado o valor da multa, e a parte autuada é novamente notificada para se manifestar em relação a esse reenquadramento.

Então, em resumo, o BPA lavra sim. Ele tem atribuição para lavrar, mas ele não dá a palavra final. Tudo é encaminhado para revisão e análise final na Sedam, que é quem tem realmente *expertise* para julgar os autos de infração e tem atribuição legal para isso. Lembrando que, do julgamento do auto de infração em 1ª instância, ainda cabe recurso ao Conselho Estadual de Política Ambiental, e as partes são também notificadas para, querendo, apresentar recurso ao Conselho Estadual de Política Ambiental. Apenas depois que a multa é confirmada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental é que o auto é encaminhado para a dívida ativa do Estado. Esse é o trâmite normal.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu queria fazer aqui...

O SR. LAERTE GOMES - Só para... É minha vez já, Presidente?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Concluído aí, Trindade e Dr. Matheus?

O SR. LAERTE GOMES - Agora é a minha vez já.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Agora eu quero aqui fazer aqui uma recomendação para esta Casa, e nós podemos fazer coletivamente, para nós tirarmos essas atribuições do BPA. Porque ele faz lá uma multa igual o Dr. Matheus está dizendo: a grande maioria errada. Aí a pessoa tem que contratar um advogado, um engenheiro ambiental, tem que contratar uma empresa especializada para defender um erro do BPA. Isso não é atribuição dele. Tem que ser um fiscal para fazer isso.

O SR. LAERTE GOMES - Dr. Hélder, eu solicito que o senhor faça um estudo constitucional do pleito do Deputado Cirone, para nós darmos providências aqui na Casa. Eu agora, Presidente?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Doutor Matheus. Com a palavra, por três minutos, o Deputado Estadual Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES - Bom, primeiro: Deputado Cirone, muito bem colocado - até eu ia falar disso. Eu acho que é isso mesmo. Vamos fazer o estudo aqui, porque esse papel cabe a Sedam, aos técnicos da Sedam, que são qualificados para isso. A maioria dos policiais, na verdade, com todo respeito, não tem treinamento nenhum para isso e totalmente sem preparo.

Eu só queria fazer alguns comentários bem rapidamente. Até conversei já com pessoal, com a sua equipe, Secretário, Matheus, com os meninos ali sobre a questão que as denúncias que tem chegado para a gente é que estão pegando de 2010 para cá, que a Polícia Ambiental está pegando de 2010 para cá e está multando. É vazão de represa, é limpeza de pasto. Não é só derrubada e queimada não. Estão pegando isso tudo. Não sei se isso procede ou não, mas são muitas denúncias que chegam nesse sentido. Trinta anos de empresa e foi multado. Então, precisa cuidar disso. Isso é inadmissível. Eu não tenho informação se foi a Sedam - agora fiquei em dúvida, por isso que era importante os dois aqui - ou a Polícia Ambiental. Essa é a primeira.

Eu queria fazer aqui um pedido, uma orientação ao relator do orçamento - da LOA e do Orçamento -, Deputado Ezequiel Neiva: que zere as diárias da Polícia Ambiental no orçamento. Tá, Deputado Ezequiel? Eu quero fazer esse pedido como Presidente desta Casa. É para zerar, tá? Se precisar, pede aqui para nós que nós vamos ver qual operação, aonde vai, para quem vai, para quem vai fazer. Nós vamos controlar assim agora - que é o papel nosso de legislar. Eu quero te pedir isso.

Outra coisa que falou aí, que o Deputado Cirone falou, Secretário - e você sabe disso, vem da iniciativa privada e você sabe e os técnicos da Sedam sabem também -, qual o produtor de 5, 10, 15, 20 alqueires que leva uma multa, que tem condições de contratar um advogado especialista em ambiental, questão poucos, não é isso? Ou um técnico ambiental para fazer a defesa, para contratar um advogado para assinar ou ele mesmo para mandar para Sedam? Não vai. Vai transitar e julgar sem ele nem se posicionar no processo. Infelizmente é assim, Matheus, você sabe disso. Infelizmente. Então, a gente precisa fazer alguma coisa. Nós

precisamos salvar esse povo que salva a gente todo mês. É esse povo que produz, é esse povo que produz por Rondônia, mas não teve a receita. Por quê? Por causa de nós? Não. Por causa da Sedam? Não. Por causa da Assembleia? Não. Por causa do governo? Não. Por causa dos produtores, por causa da produção. A nossa indústria é a base disso. E quando se fala em Sedam, não se fala só em produtor rural. Fala-se na indústria, fala-se na empresa. Porque tudo passa pela Sedam. Para mim, eu tenho a Sedam como a principal Secretaria do Estado. Muitas vezes, os próprios servidores estão aí correndo atrás de um plano de cargo e salário - Deputado Chiquinho, é um cobrador disso constantemente - para muitas categorias e se esqueceram de vocês. Não estou aqui tecendo críticas, mas estou dizendo aqui que se nós temos uma Secretaria onde todos, todos os segmentos passam por ela é a Sedam, é a Sedam. Então, precisa-se cuidar disso.

E aí a gente fala que é muito poder na mão de um guarda, de um soldado, de um cabo da Ambiental, que fez concurso para policial militar - talvez um concurso muito pequeno - e virou um policial ambiental. Não é assim que vai? Não é assim que vai? Pula, não é? O Comandante da PM gosta dele, então vai para a Ambiental, que tem uma gratificação, que tem diária para ir para tudo quanto é lugar, dá um cursinho lá. Eu acho que quem tem que estar ali para multar ou para fazer a fiscalização é um engenheiro ambiental ou um técnico ambiental, não é? Nós estamos fazendo uma inversão de valores aqui. O policial "brabo", não gosta da cara do outro lá, do cara, vai lá e mete uma multa, porque é assim que eles são. O Deputado Lebrão estava me falando aqui. Disse que vinha essa semana - não sei se ele contou aqui, estava me contando em *off* - vinha numa Linha, numa caminhonete, e aquele Batalhão de Polícia Ambiental, de tudo, pararam ele: "Para aí, senhor".

Ele foi lá na frente, o cara já virou a caminhonete, fechou ele, meteu as armas (todo mundo de arma): "Desce do carro, desce do carro". Aí o genro dele desceu, botou a mão e ele falou: "Não vou descer, não". "É para o senhor descer". Aí chegou o outro policial - que conhecia o deputado - falou: "Oh, Deputado". Bateu continência: "Oh, Deputado". Porque era Deputado. E se não fosse? Então, já tinha entrado. A gente precisa cuidar disso. É inadmissível isso. Essas multas, eu queria que vocês olhassem isso, Matheus, a equipe técnica, todos vocês. Essas multas que foram feitas, o propósito da operação era 2020, não é isso, Secretário? 2019/2020. Então, todas as multas foram feitas com relação a danos de anos anteriores, ou pasto ou represa ou qualquer coisa, que sejam revistas essas multas. Está um caos! Tem 'nego' que não está dormindo.

O produtor rural, coitado, a maioria já tem pouca instrução, pouca escolaridade, recebe uma multa - são pessoas direitas, de caráter, não devem nada para ninguém-, recebe uma multa dessas, acaba com a vida do cara. Acaba! Acaba com a vida dele.

Então, o que eu queria deixar era isso, dizer isso. Às vezes a gente faz uns discursos duros, porque a gente é cobrado demais. Não tem um deputado aqui que não recebeu 30/40 mensagens - não é, Deputado Chiquinho? Deputado Ismael? Deputado Anderson? Deputado Dr. Neidson? Todo mundo com celular vem para cima da gente. Acha que a gente tem o poder de resolver. Nós temos o poder de cobrar, mas não de resolver.

E eu queria terminar aqui, Matheus, e eu tenho cobrado o Governo do Estado, desde o mandato passado - você já estava na Sedam, você já estava também, não é? Você já estava. Tenho cobrado o governo desde o mandato passado - Deputado Chiquinho tem ajudado, os deputados têm ajudado na

cobrança -, que é um Refaz Rural. Nós precisamos fazer um RefazRural. Não é justo com o produtor rural - que não tem condições de deixar seu nome adimplente -, enquanto o comerciante recebeu Refaz; a indústria recebeu o Refaz, Deputado Luizinho; o cidadão que tem uma moto de IPVA recebeu Refaz, Deputado Cirone. E o único que não recebe o Refaz para poder colocar o seu nome limpo, para poder ter crédito, acesso a financiamento para investir em tecnologia na sua propriedade, produzir mais no mesmo espaço, não teve nenhum Refaz que beneficiasse os produtores rurais. Desde o Governo Confúcio a gente vem cobrando. Agora no Governo Marcos Rocha, que é algo, Secretário - você que chegou agora -, de pensar, estudar aí com o Dr. Matheus, com seus Procuradores, fazer um Refaz para dar condições dos produtores terem direito a parte da isenção de multas e juros para poder ficar adimplente com o Estado. Então, é mais ou menos isso aí que eu queria colocar para vocês.

E lamentar profundamente neste momento - eu sei que vocês são cobrados pelos órgãos de controle e é fato -, mas eu acho que vocês estão muito, por tudo que eu vi aqui, me desculpe, mas vocês estão muito mal acompanhados com o Batalhão da Polícia Ambiental. Porque a forma que as denúncias têm chegado para nós - e vocês não andam armados, quem anda são eles - é que chega como se fosse chegar numa guerra: ameaçando, achacando as pessoas. Falar com o Deputado Ismael Crispin, uma criança, pressionando uma criança, gente, isso é crime. O cara que é para proteger as pessoas, está cometendo um crime contra elas, contra crianças. Então, precisa-se, Secretário, reunir esse pessoal, chamar a Polícia Ambiental. Tem que ter um novo modelo disso, para funcionar. Eu acho que essa é a minha opinião.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Isso é um absurdo.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte Gomes.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Deputado?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só uma Questão de Ordem, para complementar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Todos os deputados que falaram anteriormente tiveram suas falas respeitadas, Deputado Chiquinho e Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só para complementar a fala do Deputado Laerte.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O senhor complementa nas considerações finais. Deixa o Deputado Ezequiel Neiva fazer o uso da fala.

O SR. CIRONE DEIRÓ - É só uma questão sobre o mesmo tema, por favor.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Deputado Chiquinho e Deputado Cirone, se vocês me permitirem, a gente espera o Deputado Ezequiel Neiva - que esperou todos os outros falarem -e aí, no final da Sessão, a gente complementa um pouquinho de cada, está ok?

Com a palavra o Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. LAERTE GOMES - Eles não vão responder, não?
(fora do microfone)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O senhor fez várias contribuições, Deputado Laerte Gomes, e eu queria agradecer em nome de toda a Casa. E aí, a Sedam, o Secretário vai fazer as considerações finais. O senhor quer se manifestar, Secretário?Ele vai se manifestar. Ele vai falar agora.

O Secretário Marcílio, da Sedam, vai se pronunciar.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Considerações finais?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Não, a respeito da fala do Presidente sobre a questão das diárias. Entendo que a questão, Presidente, das diárias do BPA não se refere, não trata aqui do Secretário da Sedam falar sobre. É uma decisão que, como o Presidente Laerte Gomes falou, vai ser pautada por esta Casa e aí é um trato direto com o Executivo, com o Secretário da Sesdec. Não cabe aqui ao Secretário Marcílio se pronunciar a respeito.

Dessa feita, eu passo a palavra ao Deputado Ezequiel Neiva para fazer uso por três minutos.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Ezequiel, dá 30 segundos da sua palavra para mim?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Tudo bem, Deputado Cirone, 30 segundos. Já passou 25.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu só queria propor, coletivamente - o Presidente Laerte já vem insistindo há muitos anos em relação ao Refaz Rural -, que nós fizéssemos um pedido para a Sedam de todo passivo ambiental, que desde quando foi criada a Sedam, que vocês enviassem para nós para ajudarmos nesse estudo, até para o governo fazer essa arrecadação. Manda para esta Casa, para todos os deputados, o passivo ambiental para a gente ajudar nesse estudo, por favor.

O SR. LAERTE GOMES - Só para contribuir, Presidente, eu já estou indo. Eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que presida a Sessão até o final. Eu tenho um compromisso. E agradecer, mais uma vez, ao Secretário. Nós temos que ser justos com o Secretário e sua equipe, porque eles vieram como um convite aqui. Respeitaram esta Casa e é bom a gente salientar isso, Deputado Chiquinho. Não precisou convocar. Chegou hoje de manhã e eles estão aqui até agora. Isso é um gesto de respeito a este Parlamento.

E eu queria finalizar aqui com algo que eu vi agora, não vou falar porque, senão expõe, mas eu queria falar uma coisa: isso é vontade política. Neste momento precisa ter vontade política. Foi a melhor frase que eu vi aqui hoje,

tá? Vontade política do Governador, da Assembleia, de todos nós. Vamos pensar em Rondônia, gente. É o momento de nós pensarmos em Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, mas eu gostaria que Vossa Excelência, só um minutinho. Essa questão da Sedam, por exemplo, acho que a Assembleia vai poder contribuir muito com isso, porque a nossa Sedam realmente está muito desvalorizada pelos nossos governos. A maioria dos nossos técnicos da Sedam, dos nossos engenheiros da Sedam - o salário de um engenheiro nosso da Sedam é uma vergonha. Isso tem que ser falado aqui. Uma vergonha. Secretário, por favor, não sei como é que está o relacionamento do senhor com a Casa Civil, mas tem um plano de carreira da Sedam que precisa vir para esta Casa. Nós precisamos valorizar a Sedam.

Quanto à questão do interior, Deputado Laerte, deixa eu falar para o senhor um negócio aqui. A grande maioria dos escritórios da Sedam no interior é composto por servidor comissionado que é indicação aqui, outra ali. Aí o próprio responsável pela Sedam lá no interior também é comissionado. Quando a Polícia vai para fazer uma operação - e aí até pedido do Ministério Público -, o que é que acontece? Até o chefe da Sedam lá do interior, se empolga e põe uma arma na cintura, e acha que é policial também, que aconteceu isso lá em Cerejeiras. O cara não é policial, não tem porte de arma, aí estava lá na delegacia com uma pistola na cintura. Aí o delegado falou: "E essa arma aí? O que você está fazendo com ela?". Ele falou: "Não, sou da Sedam". "Não, você é da Sedam, mas você não é policial, cadê seu documento?". Prendeu o chefe da Sedam, no ano passado, lá na delegacia. O cara se empolga, porque vai com os policiais que se empolgam também, e aí sai multando todo

mundo, aleatoriamente, porque eles não têm conhecimento técnico. Isso é muito ruim.

Mas a pergunta que eu quero fazer é a seguinte, Matheus. Nós temos aqui essa questão da Resex de Jaci. Isso passou na mão do senhor, lá na Sedam, para vir para cá, não passou?

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - O parecer jurídico, Deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - O parecer jurídico. Agora, nós temos essa recomendação do MPF para que a gente não vote. Nós vamos ter que fazer, Presidente, chamar o Matheus para nos orientar aí, nos dar um respaldo jurídico aí, junto com os nossos técnicos da Casa aqui, para que a gente vote isso logo. Porque o que está impedindo até agora, Matheus, é justamente isso. Essa recomendação aí do MPF para que não vote. Então nós precisamos que o senhor dê as orientações técnicas necessárias e jurídicas à equipe que já está lá no caso, com o parecer, para que a gente acabe logo com essa celeuma e vote esse zoneamento tão importante que o Estado precisa.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Se me permite, Deputado, só uma observação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Claro.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS - Eu não conheço a Recomendação do Ministério Público Federal, Estadual, enfim, importante registrar isso. Segundo: o parecer da Procuradoria é um parecer que faz uma análise jurídica. Como eu falei aqui mais cedo: a gente não entra na discussão do mérito. E o parecer jurídico não viu nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição. Então, se for necessário, estamos à disposição aqui.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Eu vou, a gente vai fazer esse encaminhamento pela Comissão do Meio Ambiente, para que Vossa Senhoria venha e dê as explicações necessárias aí, para que a gente possa votar esse projeto da Resex de Jaci-Paraná e encerrar isso de vez. Era isso, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Encerrado, Deputado Ezequiel.

Deputado Chiquinho da Emater, pelo prazo de 30 segundos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Senhor Presidente, eu só queria acrescentar na questão aí do Refaz, da Sedam e do Idaron, também, que possa encaminhar também aqui para esta Casa, o Governo do Estado, mas eu, em relação ao Sedam, vii Secretário, eu acho que pode ser uma compensação ambiental. Entendeu? Nós podemos fazer uma compensação ambiental. Transformar essas multas em recuperação de áreas degradadas. Eu acho que é bem melhor para o Estado de Rondônia. Porque o produtor rural, a maioria delas são injustas.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Dr. Matheus, sobre essa situação...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Só um instante. Concluiu, Deputado Chiquinho?

Concedo agora a palavra ao senhor Marcílio Leite Lopes, Secretário da Sedam, para as suas considerações finais.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - É muito importante a gente criar esse contato sempre, entendeu? Eu quero deixar claro para todos vocês aqui, que a Sedam está à disposição para a gente se encontrar, debater. Eu sou muito de ouvir. Eu acho que quanto mais a gente ouvir, e mais pessoas participando dos diálogos do futuro de Rondônia, envolvendo a Sedam, outras Secretarias, estaremos juntos, entendeu?

Uma importante demanda aqui do Deputado Laerte Gomes e do Deputado Chiquinho da Emater, também, essa questão do Refaz aí. Vamos pautar isso sim, vamos ver essa possibilidade, tá?

Com relação ao PCC, o Deputado Chiquinho já vem me cobrando isso, sempre quando me visita na Sedam, eu tenho falado com ele que nós vamos revisar. Isso ficaria para o primeiro semestre do ano que vem, mas com base naquela lei federal do Bolsonaro, só vai valer para 2022. Mas já vamos trabalhar essa antecipação. Vamos nos reunir com a Casa Civil, com o Governador para tratar desse assunto também.

A questão que eu acho prioritária, que nós começamos a desenvolver já na questão do Elias, em novembro, foi a questão da educação ambiental. O que pode e o que não pode

na área rural. Isso a gente ia desenvolver amplamente, trabalhando com as associações rurais, desses principais locais que são arcos do desmatamento, principalmente no norte de Rondônia. O que aconteceu? Com o advento da pandemia, com a questão das aglomerações, nós meio que paramos com essas atividades por conta da possível contaminação. E nós vamos dar sequência, com força total, no ano que vem, com relação a isso. Nós vamos instruir esses pequenos proprietários sobre o que pode e o que não pode, sobre as dispensas de licitação. Eu tenho vídeos aqui que, você vê assim que, a desinformação é uma das coisas que mais afeta o pequeno. E nós vamos levar esta informação, esse detalhe de situações para que ele possa ter ciência e mudar aquele paradigma. Procurar a Sedam. Tem muita coisa simplificada dentro da Sedam que nós vamos simplificar ainda mais, principalmente com o licenciamento ambiental digital, e isso vai ajudar muito o pequeno, principalmente, não é?

E esse trabalho de educação ambiental seria um grande reforço para a gente pegar e conscientizar o pequeno, não é? Que há a possibilidade de uma queima controlada, de uma limpeza de pastagem. Inclusive eu estava conversando, têm alguns amigos meus engenheiros florestais, que estão dizendo que resíduo já é uma coisa que está tendo problema aqui em Rondônia. Resíduo legal, resíduo, às vezes, de pastagem, de serraria. Eu estava até conversando com o Hueriqui sobre isso - antes mesmo de ser Secretário. Hoje, para se movimentar no DOF Resíduo, você tem que fazer um estudo, ver a quantificação que tem em pastagem ou até mesmo um projeto de desmatamento, e se você for comprar a reposição, você vai pagar de R\$ 18,00 a R\$ 25,00. Eu estava pensando em consultar a Casa aqui para a gente fazer uma legislação de taxas, entendeu? Para cobrar, por exemplo, 10% e reverter para um Fundo para a gente recuperar

nascentes, recuperar cursos da água, recuperar as APPs. Inclusive eu quero dizer aos senhores que nós estamos *startando* vários projetos em várias bacias do nosso Estado, começando mais pelo Cone Sul, com o interesse...

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Cerejeiras.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Sim, sim. Vai ser o primeiro. Nós fizemos um trabalho lá de 15 dias com os técnicos da Sedam. Fizemos, assim, um trabalho para mestrado, doutorado, entendeu? E vai ser uma das situações que nós vamos *startar*. Então, eu quero deixar novamente a Sedam à disposição de todos os senhores. Como eu disse, eu sou muito de ouvi-los. Podem me consultar por telefone, por e-mail, presencialmente. Eu sempre recebo muito o Deputado Chiquinho - não é, Deputado Chiquinho? O senhor vai com muitas demandas lá. Inclusive as suas demandas, a maioria, são relacionadas a licenciamento. O senhor vai ver que a partir do ano que vem isso vai diminuir muito.

Mas eu quero agradecer a todos vocês. Estamos à disposição para vir aqui novamente, para qualquer outro questionamento, para qualquer outra indagação. Nós estamos sempre abertos, entendeu? Podem nos chamar para qualquer situação. Se quiser construir algum programa, alguma ideia como essa do Refaz, vamos sentar, vamos nos reunir. Deputado Cirone, você me pediu. Eu vou passar esses dados para os senhores para ver o que a gente pode fazer. Porque nos interessa também. Às vezes tem dívidas lá que a gente consegue ver uma possibilidade de melhorar a situação para a pessoa pagar e tirar o seu nome.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Eyder, antes de encerrar. Nós estamos transmitindo aqui e uma pessoa me passou aqui agora. Essa segurança de barragens. Tem aqui na beira da BR, lá dentro, de Jarú para Ariquemes. A pessoa já - duas vezes o fiscal vai lá perturbar numa represa de 35 anos, que é bebedouro e cria uns peixinhos para comer, 2.8 hectares. E aí diz que tem que ter um técnico especializado em Ariquemes - na região de Ariquemes não tem, tem que contratar aqui em Porto Velho -, e olha quanto custa isso num bebedouro que está 35 anos lá. É beira da estrada e parece que o técnico já deu o prazo. O proprietário não está aqui em Rondônia. Agora notificaram de novo e ele não está aqui para resolver. Tem que vir lá de Santa Catarina para resolver esse problema de uma represazinha que tem ali do lado da BR. Eu acho que tem que parar de perturbar essas represas antigas. Como é que a segurança das barragens... É porque lá de Brumadinho... Como é que vai comparar um bebedouro daquele com Brumadinho. Aí fala dessa história: "Ah, por causa de Minas Gerais, está mexendo aqui.".

Então, eu gostaria que o senhor olhasse, orientasse seus técnicos para não perturbar quem está lá, coisa que não tem motivo. Tem que cuidar da Santo Antônio aqui, da Jirau, dessas represas aí, porque essas são perigosas. Agora aquilo lá, vai ser perigoso aonde? Então, eu gostaria de deixar essa observação que me passou agora aqui.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Convido aos senhores Deputados Cirone Deiró e Chiquinho da Emater a acompanharem o Secretário de Desenvolvimento Ambiental, Marcílio Leite Lopes e sua comitiva, até a saída do Plenário.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES - Eu só quero deixar mais um item. Qualquer situação que os senhores tenham com relação ao desvio de conduta de qualquer funcionário da Sedam. Olha, nós temos a nossa Ouvidoria, entendeu? Podem trazer essa denúncia que nós vamos apurar com todo o rigor da lei. Nós estamos à disposição dos senhores aí pelo que é certo e legal.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, meu amigo Marcílio. Sucesso à frente da Sedam.

Declaro encerrada a Comissão Geral. Retornaremos aos trabalhos ordinários desta Sessão Ordinária após a saída da comitativa.

(Às 18 horas e 50 minutos, encerra-se esta Comissão Geral e retoma-se a Sessão Ordinária)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Está reaberta a Sessão. Convido o Deputado Estadual Anderson Pereira para secretariar a Sessão.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Regulamenta o estágio probatório e a avaliação de desempenho do servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, institui a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho - CPAD e dá outras providências.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Regulamenta o acesso à informação, cria o Comitê Gestor de acesso à Informação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requer à Mesa Diretora a convocação do Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Major PM Glauber Ilton de Sousa Souto, no Plenário desta Casa de leis, no dia 29 de setembro de 2020, às 15h30, para tratar sobre assuntos ambientais e de fiscalização ambiental de interesse do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha dos Santos, com cópia ao Secretário Senhor Coronel Erasmo Meireles e Sá, Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, observada a urgência que o caso requer, pedido de informações referente às tramitações dos processos de homologação das pistas de pouso e decolagem de aeronaves, localizadas nos municípios de São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Seringueiras.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a apresentação de Votode Pesaraos familiares do Senhor Francisco Ferreira Neto, conhecido como jornalista Lima Neto, falecido no dia 10 de setembro de 2020.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a apresentação de Votode Pesaraos familiares do Senhor Altamir Gonçalves da Rosa, falecido no dia 18 de setembro de 2020.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia através do Departamento de Estradas e Rodagens - DER, relação detalhada das estradas pavimentadas e não pavimentadas, indicando as residências que se responsabilizam pelas manutenções das respectivas vias.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, com a previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de Nels dos Santos, pioneiro e fundador da Igreja Assembleia de Deus em Cacoal, Pastor Presidente da Assembleia de Deus no município de Ariquemes e 2º Vice-Presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus em Rondônia (CEMADERON).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, nos termos dos artigos 173 e 181, §2º do Regimento Interno desta Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção nos anais de Votos de Pesar desta Casa, pelo falecimento do Sr.

Lourival Domingos Lopes, ocorrido no dia 08 de setembro de 2020, em Porto Velho - RO, em virtude de um câncer que o acometia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Secretário de Estado de Justiça - SEJUS/RO, informações e providências adotadas quanto à garantia da segurança do local onde se encontra em andamento as obras de construção do Stand de Tiro para treinamento/aperfeiçoamento permanente dos Policiais Penais do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências quanto à possibilidade de construção de uma Base da Polícia Militar no Espaço Alternativo do município de Porto Velho - Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transporte de Rondônia, informações e providências quanto ao estudo de viabilidade de construção de ciclovia na Rodovia Lúcia Tereza (RO 387), no trecho compreendido entre BR-364 e o portal de entrada do Município de Espigão d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer ao Governo do Estado com cópia a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, a respeito do Projeto de

Lei Complementar n° 077/20 sobre a alteração dos limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, criando o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro e a Reserva Pau D'Óleo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, em caráter de urgência, informações e providências acerca da votação e aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, considerando que o prazo pertinente para tal feito já se esgotou.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CB JHONY PAIXÃO. Institui a Política Estadual de Prevenção e combate ao roubo, furto e receptação de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas em Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CB JHONY PAIXÃO. Dispõe sobre a criação da carteira de identificação da pessoa com fibromialgia no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Dispõe sobre a instalação de placas em Braile nas paradas de ônibus e seu roteiro de viagens nos terminais e rodoviárias do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual de Incentivo à Doação de Medula Óssea e de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CB JHONY PAIXÃO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado à Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD, pedido de providências e informações quanto à constante interrupção de fornecimento de água no município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à Bancada Federal do Estado de Rondônia, através de seu coordenador Deputado Lúcio Mosquini, que adotem providências quanto às alterações necessárias à PEC n° 32/2020.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador com cópia ao Secretário de Estado da Saúde - SESAU, em caráter de urgência, informações e providências quanto ao modo de prestação de atendimento dedicado aos pacientes de ortopedia do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer à Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO/RO, informações acerca da fiscalização quanto ao cumprimento do Decreto 25.049, no tocante às

vedações durante o período pandêmico no transporte intermunicipal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, informações e providências quanto ao reforço no policiamento na região do Residencial Cristal da Calama no Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, à Mesa Diretora, que seja expedido ofício à Prefeitura de Guajará-Mirim, solicitando informações e providências quanto à atual situação do cemitério Santa Cruz.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, ao Governador do Estado c/c ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes - DER/RO, informações quanto à conclusão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, referente aos serviços de manutenção na rede de abastecimento de água, no bairro Castanheira, Porto Velho - Rondônia.

Lidas as matérias, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer à Mesa Diretora a convocação do Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Major PM Glauber Ilton de Sousa Souto, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 29 de setembro de 2020, às 15h30, para tratar sobre assuntos ambientais e de fiscalização ambiental de interesse do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Senhoras deputadas e senhores deputados, em discussão única e votação o Requerimento de autoria coletiva, que "Requer à Mesa Diretora a convocação do Comandante do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Major PM Glauber Ilton de Sousa Souto, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 29 de setembro de 2020, às 15h30, para tratar sobre assuntos ambientais e de fiscalização ambiental de interesse do Estado de Rondônia."

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a apresentação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Francisco Ferreira Neto, conhecido como jornalista Lima Neto, falecido no dia 10 de setembro de 2020.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Senhoras deputadas e deputados, em única discussão e votação o Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jair Montes, que "Requer à Mesa Diretora a apresentação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Francisco Ferreira Neto, conhecido como jornalista Lima Neto, falecido no dia 10 de setembro de 2020."

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a apresentação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Altamir Gonçalves da Rosa, falecido no dia 18 de setembro de 2020.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão única e votação o Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jair Montes - AVANTE, que "Requer à Mesa Diretora a apresentação de Voto de Pesar aos familiares do Senhor Altamir Gonçalves da Rosa, falecido no dia 18 de setembro de 2020."

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa

Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de Nels dos Santos, pioneiro e fundador da Igreja Assembleia de Deus em Cacoal, Pastor Presidente da Assembleia de Deus no Município de Ariquemes e 2º Vice-Presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus em Rondônia (CEMADERON).

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão única e votação o Requerimento de autoria do Deputado Estadual Cirone Deiró, que "Requer à Mesa Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de Nels dos Santos, pioneiro e fundador da Igreja Assembleia de Deus em Cacoal, Pastor Presidente da Assembleia de Deus no Município de Ariquemes e 2º Vice-Presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus em Rondônia (CEMADERON).".

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer, nos termos dos artigos 173 e 181, § 2º do Regimento Interno desta Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção nos anais de Votos de Pesar desta Casa, pelo falecimento do Sr. Lourival Domingos Lopes, ocorrido no dia 08 de setembro de 2020, em Porto Velho - RO, em virtude de um câncer que o acometia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão única e votação, o Requerimento de autoria do Deputado Estadual Anderson Pereira, do PROS, que "Requer, nos termos dos artigos 173 e 181, §2º do Regimento Interno desta Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção nos anais de Votos de Pesar desta Casa, pelo falecimento do Sr. Lourival Domingos Lopes, ocorrido no dia 08 de setembro de 2020, em Porto Velho - RO, em virtude de um câncer que o acometia."

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 073/2020 DA MESA DIRETORA. Regulamenta o acesso à informação, cria o Comitê Gestor de acesso à Informação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - O Projeto se encontra sem parecer. Convido o Deputado Ismael Crispin para dar o parecer em Plenário.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, o Projeto de Resolução 073/2020 de autoria da Mesa Diretora, "Regulamenta o acesso à informação, cria o Comitê Gestor de Acesso à Informação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências."

O Projeto, Senhor Presidente, já passou pelos crivos da Assessoria Jurídica da Casa, da Secretaria Legislativa, tem pertinência. Portanto, o voto é favorável pela constitucionalidade do Projeto.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão o parecer do eminente relator Deputado Ismael Crispin. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação, o Projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora, que "Regulamenta o acesso à informação, cria o Comitê Gestor de Acesso à Informação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.". Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 074/2020 DA MESA DIRETORA. Regulamenta o estágio probatório e a avaliação de desempenho do servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, institui a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho - CPAD e dá outras providências.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - A matéria se encontra sem o parecer. Para emitir o parecer, nomeio como relator o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson para

emitir o parecer pelas Comissões pertinentes e pela Mesa Diretora.

O SR. DR. NEIDSON - Projeto de Resolução 074/2020 de autoria da Mesa Diretora, que "Regulamenta o estágio probatório e a avaliação de desempenho do servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, institui a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho - CPAD e dá outras providências."

Somos de parecer favorável pela Mesa Diretora, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Em discussão o parecer emitido pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.
Aprovado o parecer.

Em discussão única e votação, o Projeto de Resolução 074/2020 de autoria da Mesa Diretora, que "Regulamenta o estágio probatório e a avaliação de desempenho do servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo, institui a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho - CPAD e dá outras providências.". Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 832/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 194. Autoriza o

Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 6.614,40, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - A matéria se encontra sem o parecer. Convido o Deputado Estadual Dr. Neidson para dar o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. DR. NEIDSON - Projeto de Lei 832/2020 do Poder Executivo/Mensagem 194, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 6.614,40, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL."

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão o parecer emitido pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei 832/2020 do Poder Executivo/Mensagem 194, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 6.614,40, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 838/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 1.400.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - A matéria se encontra sem parecer. Convido o Deputado Dr. Neidson para dar o parecer.

O SR. DR. NEIDSON - Projeto de Lei Ordinária 838/2020, Poder Executivo/Mensagem 211. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 1.400.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão o parecer emitido pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 838/2020, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 211, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação até o valor de R\$ 1.400.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 839/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 214. Autoriza o Poder Executivo a efetuar aporte de capital à Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS, no valor de R\$ 85.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Convido o Deputado Dr. Neidson para emitir o parecer.

O SR. DR. NEIDSON - Projeto de Lei Ordinária 839/2020, Poder Executivo/Mensagem 214. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a efetuar aporte de capital à Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS, no valor de R\$ 85.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Em discussão o parecer emitido pelo Deputado Dr. Neidson. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 839/2020, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 214m que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar aporte de capital à Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS, no valor de R\$ 85.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Secretário ad hoc) - Presidente, não há mais matérias.

Só queria justificar a retirada da PEC 007, do Detran, tendo em vista que eu apresentei um Substitutivo e até o dia 07 de julho não chegou na CCJ. Uma falha da Secretaria Geral de não ter encaminhado à CCJ para nomeação de um novo relator e assim emitir um parecer. Então, nós acertamos que vai para a CCJ nomear o relator, fazer o parecer para depois vir a plenário. Já justificando porque isso estava na Ordem do Dia de hoje.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Estadual Anderson Pereira.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 23 de setembro de 2020, no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 12 minutos)

(Sem revisão dos oradores)